



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE MARÇO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Diogo Velez Mouta Pacheco de Amorim](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Foi anunciada a eleição para um Secretário da Mesa da Assembleia da República, a decorrer na Sala do Senado.

Foi também anunciada, sem tempos para debate, a Proposta de Resolução n.º [8/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Acordo-Quadro Avançado entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Chile, por outro, feito em Bruxelas, em 13 de dezembro de 2023, que foi posteriormente aprovada em votação global.

Ao abrigo do [artigo 226.º](#) do Regimento, procedeu-se ao debate sobre o relatório de progresso de escrutínio da atividade do Governo. Após a intervenção de abertura proferida pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim), que posteriormente encerrou o debate, intervieram, a diverso título, os Deputados [Marta Martins da Silva](#) e [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Mário](#)

[Amorim Lopes](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Rodrigues](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Seguiu-se a apreciação conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [56/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a rever o regime do mecenato e alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais e dos Projetos de Lei n.ºs [137/XVII/1.ª](#) (PS) — Aprova o estatuto do mecenato cultural, que foram aprovados, [467/XVII/1.ª](#) (CH) — Aprova o novo estatuto do mecenato cultural, revogando o artigo 62.º-B, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho e [470/XVII/1.ª](#) (L) — Cria o mecenato para a coesão cultural territorial e social, que foram rejeitados, e [475/XVII/1.ª](#) (IL) — Desenvolvimento do regime fiscal do mecenato, que foi aprovado. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Cultura,

Juventude e Desporto (Margarida Balseiro Lopes), os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Porfírio Silva](#) (PS), [Daniel Teixeira](#) (CH), [Paulo Lopes Silva](#) (PS), [Rui Afonso](#) (CH), [Filipa Pinto](#) (L), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Gonçalo Dinis Capitão](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Antunes dos Santos](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [58/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim) e do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território (Silvério Regalado), os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Pedro Tavares](#) (CH), [Armando Mourisco](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Carlos Silva Santiago](#) (PSD), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L), [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Olga Freire](#) (PSD).

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) anunciou a eleição do Deputado [José Carvalho](#) (CH) para Secretário da Mesa da Assembleia da República.

Seguidamente, foi apreciada a Petição n.º [231/XV/2.ª](#) — Salvar a zona húmida das Alagoas Brancas, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [413/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a proteção formal das Alagoas Brancas e a concretização do Parque Natural da cidade de Lagoa e [628/XVII/1.ª](#) (CH) — Salvaguardar a zona húmida das Alagoas Brancas do concelho de Lagoa, no Algarve, que foram aprovados na generalidade; [642/XVII/1.ª](#) (PS) — Apoio aos estudos necessários à salvaguarda e proteção das Alagoas Brancas e do Paúl de Lagos, por forma a viabilizar a sua classificação como reserva natural local, que foi rejeitado na generalidade; [650/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para garantir a execução dos compromissos assumidos para a proteção e recuperação da zona húmida das Alagoas Brancas, no concelho de Lagoa, que foi aprovado na generalidade; e [655/XVII/1.ª](#) (BE) — Proteção das Alagoas Brancas enquanto reserva natural de Lagoa, que foi rejeitado na generalidade. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Jorge Pinto](#) (L), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Luís Graça](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Bárbara do Amaral Correia](#) (PSD) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [418/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PS, pelo L, pelo PCP, pelo BE e pelo PAN) — De pesar pelo falecimento de Godelieve Meersschaert, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a) e, a solicitação do Presidente, foi adiada por uma semana a votação do Projeto de Voto n.º [419/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte de António Lobo Antunes, tendo os Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) usado da palavra para endereçar sentimentos aos familiares presentes. No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [420/XVII/1.ª](#) (PAR) — De congratulação pela atribuição do Prémio Formentor das Letras a Gonçalo M. Tavares. (a)

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [421/XVII/1.ª](#) (PAR) — De saudação pela carreira de Ruy de Carvalho. (a)

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [664/XVII/1.ª](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da

Comissão Parlamentar de Inquérito aos Negócios dos Incêndios Rurais.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [611/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que inste as instituições e organizações internacionais de que Portugal é parte a reconhecer a Irmandade Muçulmana como organização terrorista.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [615/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo o reforço da posição diplomática portuguesa a favor do levantamento do bloqueio económico, comercial e financeiro a Cuba e da defesa do direito internacional.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [559/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um canal nacional de denúncias para respostas sociais da infância e o reforço da fiscalização das creches.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [586/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela proteção urgente das crianças da creche Academia Sonhar e Crescer, em Lisboa.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [541/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um regime excecional de isenção temporária de IVA para materiais e serviços destinados à habitabilidade imediata e à reabilitação de habitações afetadas pela situação de calamidade decorrente da tempestade *Kristin* pela depressão *Kristin*, bem como a devolução do IVA relativo à aquisição de geradores para essas habitações.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [607/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela eliminação da exigência de situação tributária e contributiva regularizada para o acesso aos apoios para a reconstrução de habitações e instalações destruídas na sequência dos fenómenos climáticos extremos ocorridos em janeiro e fevereiro 2026.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [538/XVII/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a concretização do Centro Nacional Alternativo de Socorro no Aeródromo Municipal de Viseu.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º [44/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a proceder à alteração ao Código Fiscal do Investimento, prorrogando o regime do SIFIDE II até 2026 e revogando a possibilidade de aplicação indireta do SIFIDE II através de fundos de investimento.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo à Apreciação Parlamentar n.º [9/XVII/1.ª](#) (L, PCP e BE) — Decreto-Lei n.º 31-C/2026, de 5 de fevereiro, que cria um regime de apoios sociais e de *layoff* simplificado para as zonas atingidas pela tempestade *Kristin*, tendo sido rejeitado um requerimento, apresentado pelo BE, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Resolução n.º [276/XVII/1.ª](#) (CH) — Programa nacional de reabilitação e eficiência energética dos edifícios escolares, com garantia de conforto térmico, qualidade do ar e eficiência energética.

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 41 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Bom dia, Srs. Deputados. Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 10 horas e 2 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade que abram as portas das galerias para que o público possa aceder aos nossos trabalhos.

Pausa.

Lembro aos Srs. Deputados que o primeiro ponto da ordem do dia é a eleição de um Secretário para a Mesa da Assembleia da República. A respetiva eleição decorrerá na Sala do Senado, a partir das 10 horas.

Pausa.

O segundo ponto da ordem do dia diz respeito à apreciação, sem tempos para debate, da Proposta de Resolução n.º 8/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Acordo-Quadro Avançado entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Chile, por outro, feito em Bruxelas, em 13 de dezembro de 2023.

Passamos ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, que consiste no debate sobre o relatório de progresso de escrutínio da atividade do Governo.

Dou a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Carlos Abreu Amorim, para apresentar o relatório.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em meados do século XIX, um jurista norte-americano, muito conhecido por ser abolicionista, Wendell Phillips, afirmou: «Muitas vezes a vigilância é o preço da liberdade.»

A fiscalização parlamentar ao Governo e a interdependência específica entre estes dois órgãos de soberania constitui o núcleo duro da lógica atual do princípio da separação de poderes e radica no coração do Estado de direito.

Em Portugal, o equilíbrio e a interdependência dos órgãos de soberania são fundamentais para garantir que o Estado de direito democrático funciona de forma eficaz e justa.

O nosso compromisso com a democracia exige, antes de tudo, que as ações do poder executivo sejam avaliadas de forma crítica, rigorosa e construtiva.

O relatório de progresso de escrutínio da atividade do Governo respeitante à 1.ª Sessão Legislativa da XVI Legislatura, que hoje discutimos, é uma expressão desse compromisso com a transparência e, acima de tudo, com a lealdade democrática, no âmbito da interdependência de poderes que matiza — uma vez mais sublinho — o nosso Estado de direito. Valores que, nunca o esqueçamos, deverão funcionar em equilíbrio e sinalagmaticamente para os dois lados da relação entre os órgãos de soberania.

O escrutínio parlamentar está intrinsecamente ligado à qualidade da democracia, que depende da força e independência das instituições, e, nesse sentido, a Constituição da República exige ao Governo que preste contas ao Parlamento. O escrutínio parlamentar não deve ser visto como uma mera formalidade, mas antes como um ato essencial de responsabilização democrática.

Ao longo do mandato do Governo anterior, o Parlamento teve um papel ativo na monitorização da execução do seu programa, estando sujeito a um processo de escrutínio constante bastante mais intenso do que acontece, aliás, na maioria dos regimes democráticos com os quais gostamos de nos comparar.

O Parlamento, com as suas comissões e debates, desempenhou um papel central nesta dinâmica, assegurando que as ações do Executivo fossem permanentemente avaliadas.

No relatório agora em discussão o Governo destaca, em primeiro lugar, as perguntas e requerimentos, num total de 1488, sendo que, de entre estes, 1420 foram perguntas e 68 foram requerimentos. O Governo respondeu a 1256 destas iniciativas, o que corresponde aproximadamente 84,4 % das perguntas e requerimentos.

Imbuído de um espírito de transparência, como citado no início desta intervenção, gostaria de informar a Câmara sobre a presença dos Membros do Governo no Parlamento, da Legislatura agora em avaliação. De abril de 2024 a junho de 2025, o XXIV Governo, no seu elenco completo, dirigiu-se 985 vezes a esta Casa da democracia, designadamente 554 vezes em Plenários e 431 em Comissões. Os Ministros estiveram presentes 530 vezes, no seu todo, distribuindo-se 371 destas presenças em Plenários e 159 em Comissões.

Estes dados refletem de modo irrefutável o empenho do Governo em estar disponível para o escrutínio democrático constitucionalmente exigido.

Quero, por isso, em nome do Governo, defender o trabalho sério e exigente que é desenvolvido na Casa da democracia, incluindo o dos serviços da Assembleia que registam todos os dados e produzem estes relatórios.

Que fique claro, o Governo entende o escrutínio não como um mal necessário, como uma espécie de entrave à governação, mas antes como uma robusta garantia da sua legitimidade.

É com este princípio que continuaremos a governar Portugal: com ética, com responsabilidade e com determinação, traduzindo a palavra em ação, mantendo um ímpeto reformista e uma agenda transformadora, sempre orientados pelo interesse público e pelo bem comum.

Cumprir os compromissos assumidos é, acima de tudo, servir o País com integridade e reforçar a credibilidade das nossas instituições democráticas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marta Martins da Silva, do Chega.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, na saúde, este Governo tem duas velocidades: velocidade relâmpago para mordomias e nomeações, e velocidade de caracol para responder ao Parlamento e cumprir leis.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Quando é para a Sport TV em São Bento, maquilhagem e cabeleireiro pagos pelo contribuinte, arranja-se expedientes para garantir a qualidade da imagem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Mas quando é para dar resposta ao SNS (Serviço Nacional de Saúde), aí já não há qualidade nenhuma.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — O relatório é claríssimo. Na área da saúde, há leis com impacto direto nas mulheres que foram aprovadas há um ano e que continuam na gaveta por falta de regulamentação. Direitos sem estarem regulados são só papel, e papel não trata nem nunca vai tratar.

Quanto às perguntas que enviámos à Sr.^a Ministra, a situação é imoral. Recebeu mais de 200, respondeu a 68 fora do prazo, muitas delas de forma completamente evasiva, sumária. Pior do que isso, mais de 80 ficaram por responder.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Sabe o que é que isto significa, Sr. Ministro? Desprezo absoluto pelo trabalho dos grupos parlamentares e pelo trabalho dos serviços desta Assembleia, e uma fuga total à responsabilidade.

Por isso, deixo três questões muito objetivas. Para quando a regulamentação das Leis n.ºs 32 e 33, de 2025? A Sr.^a Ministra vai finalmente responder às 80 perguntas que estão em falta? Se continuar a falhar, afinal, quem é que tem responsabilidade política, a Sr.^a Ministra da Saúde ou o Sr. Primeiro-Ministro?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, deixe-me dizer-lhe, em primeiro lugar, que o relatório diz respeito à atividade do Governo anterior. E, portanto, não estão exatamente no objeto desta discussão algumas das perguntas que me colocou.

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.

Mas, ainda assim, eu vou responder.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — É preciso estudar um bocadinho!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não tiro em nome do Governo, de modo algum, o efeito ou a conclusão quase escatológica do escrutínio do Parlamento ao Governo e da conduta do Governo em relação a esse escrutínio. Muito pelo contrário. Há, de facto, alguns problemas. Há perguntas que não foram respondidas, mas os números que tenho não correspondem. Os números que tenho são os números que constam nos relatórios e nem de perto nem de longe são compagináveis com aqueles que V. Ex.^a aqui referiu.

De qualquer forma, deixe-me dizer-lhe que o Governo, independentemente da complexidade das matérias, está completamente disponível para corresponder a todas as perguntas e a todos os requerimentos, não apenas a Sr.^a Ministra da Saúde e o ministério que ela tutela, mas todos os ministros e todos os membros deste Governo.

É para nós um ponto de honra, como disse na minha intervenção, onde radica o espírito do Estado de direito democrático, do qual não abdicamos.

Deixe-me dizer-lhe que, se depois me quiser informar sobre os dados, do atual Governo, onde julga que este mesmo Governo não correspondeu a esse escrutínio, estamos inteiramente à sua disposição para resolver esses problemas, se eles existirem.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Chega.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo, com elevação, cumprimentar também o Sr. Ministro e cumprimentar as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

O relatório de progresso e de escrutínio da atividade do Governo que aqui hoje avaliamos permite-nos ter uma visão concreta de como o Executivo cumpre as suas obrigações perante o Parlamento.

O escrutínio por parte desta Casa é um pilar fundamental do sistema democrático, no prestar de contas aos Deputados sobre os elementos necessários ao seu trabalho.

No que respeita ao caso específico que mais acompanho, o do Ministério das Finanças, os dados levantam alguma preocupação relevante de assinalar. Desde logo, no plano de acompanhamento parlamentar, verificamos que foram dirigidas ao Ministério das Finanças 97 perguntas parlamentares nesta sessão legislativa. Destas, apenas 40 foram respondidas dentro do prazo, 39 fora do prazo e 16, Sr. Ministro, continuam por responder. Ou seja, quase metade em incumprimento.

Quanto às respostas, tardam ou simplesmente não chegam. O que se compromete é a capacidade do Parlamento de exercer plenamente as funções de escrutínio político. A situação repete-se no caso dos requerimentos. Dos 12 dirigidos, apenas 5 obtiveram resposta, havendo vários pedidos ainda por satisfazer.

Mas há um outro aspeto ainda muito relevante, o da execução legislativa das leis aprovadas nesta Assembleia.

Nas matérias acompanhadas pela COFAP (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública) foram identificados 16 diplomas relevantes nesta sessão legislativa, incluindo leis de autorização e legislação com impacto direto na política financeira e fiscal do Estado. O que constatamos é que há legislação cuja regulamentação continua em atraso, estando, pelo menos, um diploma, que é muito importante para o Código do Procedimento Administrativo, dependente de regulamentação.

Mais preocupante ainda é a situação do Orçamento do Estado para 2025. O relatório identifica 48 artigos que carecem de regulamentação nos atos de execução, sendo que apenas 9 estavam regulamentados. Isto significa que há uma parte considerável das medidas aprovadas por esta Assembleia que continuam a aguardar decisões do Governo para produzirem os seus efeitos.

Quanto às respostas às perguntas, que chegam fora de prazo ou não chegam de todo, o que está em causa é mais do que uma questão administrativa. Está em causa o respeito institucional entre órgãos de soberania.

Na verdade, este debate também se dá num momento em há uma ânsia ascendente de nomeação de cargos dirigentes no aparelho do Estado e onde, como nos referiu recentemente o ex-Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, a competência na Administração seria muito mais importante do que a confiança política. Mas tal não tem vindo a acontecer.

Por isso, a pergunta que lhe deixo é muito simples: em relação ao Ministério das Finanças, o que vai fazer para garantir o que é absolutamente necessário? Um Estado financeiramente sólido exige não apenas boas contas, mas também responsabilidade política transparente e respeito pelo escrutínio democrático.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Queria chamar a atenção dos Srs. Deputados de que houve um ruído de fundo grande durante a intervenção do Sr. Ministro e dos Srs. Deputados, pelo que queria sugerir que se fizesse silêncio para permitir que o orador possa falar sem esforçar a voz. Muito obrigado, Srs. Deputados.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O relatório agora em discussão revela dados que merecem uma reflexão séria desta Câmara. Na verdade, foram aprovadas 81 leis neste período e, destas, 59 não carecem de regulamentação, mas, acima de tudo, carecem e persistem situações de incumprimento.

Há normas não regulamentadas dentro e fora dos prazos legais, incluindo casos fora do prazo previsto da própria lei. Particularmente expressivo é o caso do Orçamento do Estado para 2025 — 48 artigos careciam de atos de aplicação ou regulamentação, mas apenas 9 se encontram regulamentados, permanecendo 39 por regulamentar e alguns já fora de prazo.

Este relatório não é um mero exercício estatístico. Ele mede a eficácia da ação governativa e a concretização da vontade legislativa da Assembleia da República.

Termino dizendo que leis aprovadas mas não regulamentadas são direitos adiados, políticas suspensas e expectativas, acima de tudo, frustradas.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, sem tentar esforçar a voz, muito bom dia a todos os Srs. Deputados e ao Sr. Ministro.

Na legislatura anterior foram aprovadas 24 propostas de lei. Nesta legislatura, bem sabemos que esse não é o âmbito deste relatório, mas foram aprovadas 32 propostas de lei. Já propostas de resolução tivemos duas na legislatura anterior e oito na legislatura atual. No total, nas três fases, estamos a falar de 56 propostas de lei votadas, 10 propostas de resolução. E apenas uma proposta de lei foi rejeitada: a Proposta de Lei n.º 11/XVII/1.ª, da legislatura anterior, que era no sentido de autorizar o Governo a alterar o Código do IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), e, já agora, diga-se, não foi com os votos contra da Iniciativa Liberal.

Ou seja, neste período, nestas duas legislaturas, quase em dois anos, a verdade é que o Parlamento permitiu que o Governo atuasse e fizesse aquilo que bem entende. E, portanto, Sr. Ministro, o Governo pode culpar muita coisa, pode culpar até as intempéries, mas não pode culpar o Parlamento por estar a obstaculizar as reformas que o País precisa. Depende, única e exclusivamente, da vontade de VV. Ex.ªs em apresentarem e fazerem essas reformas. E têm aqui o nosso compromisso de honra de que vão ter o respaldo e o contributo construtivo da Iniciativa Liberal...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ai que bom!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... para que essas reformas que o País tanto precisa possam ser finalmente implementadas. Mas para isso é preciso que elas cheguem cá, têm de chegar cá.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Que bom!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ainda bem que é bom, Sr. Deputado Hugo Soares, mas as reformas têm de chegar aqui, a verdade é essa. Portanto, uma vez mais, mostramos essa disponibilidade, mas façamos chegar essas reformas.

Finalmente, tivemos também 27 propostas de autorização legislativa, o que, por outro lado, mostra um bocadinho a desconfiança do Governo na Assembleia da República em fazer o seu papel, a função que lhe está cometida, que é legislar. Portanto, creio que isso também poderia ser corrigido. Não há, certamente, essa necessidade; o que há e se mantém é a vontade de reformarmos o País. Para isso, Sr. Ministro, uma vez mais, pode certamente contar com a Iniciativa Liberal. Nós queremos reformar o País, mas o Governo tem de fazer a sua parte também.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Tendo a Assembleia da República como uma das suas competências a fiscalização da atividade do Governo, o Governo tem a obrigação de prestar contas à Assembleia da República em relação ao seu trabalho. E a conclusão que tiramos da apreciação dos documentos que estamos agora a discutir é que o Governo tem demonstrado desconsideração pela Assembleia da República. E vamos a casos concretos.

Relativamente às propostas de lei e aos projetos de lei, nós já sistematicamente fizemos aqui a crítica ao Governo de muitas iniciativas legislativas serem autorizações legislativas e que isso limita o aprofundamento do debate democrático na Assembleia da República, inclusivamente o seu aprofundamento para encontrar as soluções mais adequadas, aliás, prática que o Governo continua a ter nesta legislatura, não só na anterior.

Além disso, há leis que foram aprovadas pela Assembleia da República, mas muitas delas estão ainda por regulamentar. E isto, na prática, consiste num veto de gaveta por parte do Governo, ao não dar concretização àquilo que é aprovado na Assembleia da República.

Quanto às perguntas e requerimentos que são feitos pelos grupos parlamentares ao Governo, na legislatura anterior, um terço dessas perguntas foram respondidas fora de prazo. Mais de 10 % não foram sequer respondidas, aliás, e é nas áreas da saúde, do trabalho e da segurança social em que se regista o maior número de perguntas não respondidas. Além disto, há muitas respostas que na prática não são

respostas, ou seja, estar ou não estar é exatamente a mesma coisa, porque não responde efetivamente àquilo que foi perguntado ao Governo, e isto é significativo em algumas áreas em concreto.

Depois, há um conjunto de resoluções que são aprovadas pela Assembleia da República e que não são concretizadas. O Sr. Ministro pode vir dizer que as resoluções não são vinculativas. Bom, mas se elas foram aprovadas, significa que há uma posição maioritária na Assembleia da República, com determinado sentido, e a verdade é que o Governo faz tábua rasa daquilo que é aqui aprovado.

Também está identificado que há relatórios de informação que não são enviados.

Há dois aspetos que não constam deste conjunto de informações, mas que eu não posso deixar de referir neste momento. Um deles é que há alguns membros do Governo, e não vou generalizar, que sistematicamente mostram indisponibilidade para virem às respetivas comissões, nomeadamente quando há requerimentos que são aprovados. Alguns foram aprovados há meses e ainda não houve disponibilidade por parte do membro do Governo para se fazerem essas audições. E o outro é que há um conjunto de compromissos que são assumidos pelo Governo e que são, primeiro, conhecidos...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ao fazer-se a análise deste relatório de progresso de escrutínio da atividade do Governo, é natural que, sendo o relatório quantitativo, se faça muitas vezes também esta análise quantitativa. E não deixa de ser relevante analisarmos do ponto de vista quantitativo quantas vezes o Governo esteve, quantas não esteve, quantas respondeu, não respondeu, que sequência deu às iniciativas. Não é de maneira nenhuma indiferente fazê-lo, mas também é importante fazermos uma análise qualitativa.

O nosso sistema constitucional sempre previu para a Assembleia da República a função de fiscalização da atividade do Governo. E nós devemos reconhecer que, ao longo dos últimos anos, não só na última legislatura, que agora aqui discutimos, mas em muitas anteriores, houve uma evolução extraordinária quanto ao escrutínio da atividade do Governo por parte da Assembleia da República. Não precisamos de ir muito atrás, basta que comparemos com há 10 anos a presença do Governo e a resposta dos Governos — independentemente das forças políticas que os sustentassem — às solicitações do Parlamento.

Portanto, devemos enquadrar esta evolução também numa transformação da realidade partidária, da representação partidária no Parlamento hoje em dia. Nós estamos a falar de um escrutínio muito menor, quando no Parlamento havia muito menos grupos parlamentares. Neste momento, havendo muito mais grupos parlamentares e havendo muito maior intensidade, que teve a ver também com a última revisão de fundo feita ao Regimento da Assembleia da República, e muito maior presença do Governo na Assembleia da República, há uma adaptação que tem de existir e que obviamente não é fácil ser feita quando as legislaturas tendem a durar um quarto ou metade do tempo que deviam durar.

Aquilo que do ponto de vista do Grupo Parlamentar do CDS faz sentido analisar neste momento é que há uma presença grande no Parlamento. Todas as semanas temos vários ministros nas comissões parlamentares e no Plenário a responder pelas suas áreas setoriais. Ainda na semana passada, tivemos um debate temático em Plenário com um ministro de uma das pastas, já tínhamos tido outro nesta legislatura, já temos outro para ser agendado.

Aquilo que é fundamental adaptar é esta capacidade de resposta do Governo a uma intensidade maior, fruto das regras que foram alteradas e do facto de hoje em dia existirem muito mais grupos parlamentares.

Sr. Ministro, nesta responsabilidade que tem o Governo, certamente também tem de haver maior homogeneidade entre ministérios na capacidade de resposta. Sabemos também que há ministérios que são muito mais questionados que outros e, por isso, têm mais dificuldade em conseguir responder em tempo útil. Mas, obviamente, para quem está deste lado, do lado da exigência, é natural que queiramos ter, com a mesma celeridade e com a mesma profundidade, respostas em todas as áreas.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: Debateremos hoje o relatório de progresso de escrutínio da atividade do Governo. O escrutínio do Governo e da sua atividade é uma parte muito importante da responsabilidade da Assembleia da República e de todos nós enquanto Deputadas e Deputados. E, para esse trabalho, também contribui toda a estrutura da Assembleia da República, em especial os serviços e os gabinetes parlamentares, sem os quais não seria possível fazer todo o trabalho que esta Assembleia faz.

Hoje em particular, queria agradecer à Divisão de Estudos Legislativos e Parlamentares, da Assembleia da República, pela produção destes relatórios que hoje discutimos e que sistematizam a relação entre o Governo e a Assembleia da República, ou seja, se as recomendações da Assembleia da República estão ou não a ser seguidas, se as leis aprovadas aqui nesta Assembleia entraram em vigor ou foram, ou não, regulamentadas, quantas perguntas ao Governo os Deputados fizeram e quantas foram respondidas no prazo, se as informações e os pontos de situação que a Assembleia da República deveria receber regularmente estão de facto a ser recebidos.

Mas este não é, na verdade, um debate sobre burocracia, é um debate sobre política e sobre a forma como o nosso sistema político está a funcionar. Então, falemos de política, até nestas vésperas do 8 de março.

Há duas prioridades que são inegáveis em Portugal: uma delas é o combate à violência doméstica, que é o crime mais grave em Portugal, que mata tantas mulheres, destrói a infância de tantas crianças; e a outra é a questão da habitação.

Estas são prioridades, mas vemos, por exemplo, que o Plano de Formação Contínua em prevenção de violência doméstica para forças de segurança e para profissionais do foro judicial não foi regulamentado no prazo. A uma prioridade responde-se sempre com prioridade, principalmente quando está em causa o apoio às vítimas.

Sobre habitação, Sr. Ministro, o seu Governo anterior tomou posse em 2024 com um Orçamento do Estado aprovado, aprovado com um Fundo de Emergência para a Habitação que daria 100 milhões de euros por ano para apoiar as pessoas a não perderem a sua casa ou para apoiar as pessoas que já perderam a sua casa.

Vozes do L: — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Srs. Deputados, 100 milhões de euros é muito dinheiro, apoiava muitas pessoas, mas a verdade é que este fundo não foi regulamentado pelo Governo anterior e ainda não foi regulamentado agora. Cada vez que falamos com o Ministro Miguel Pinto Luz, ele diz-nos: «Está quase, está quase.» Agora, a última notícia é que estaria para março. A verdade é que nós ouvimos este «está quase» há dois anos, portanto, há dois anos que este fundo poderia estar a funcionar e a apoiar tantas pessoas, mas não.

Este é o mesmo Governo que nos diz que uma renda de 2300 € é uma renda moderada, que uma casa que custa mais de meio milhão de euros é uma casa com um valor moderado. Portanto, não há aqui, de facto, a vontade de regulamentar o Fundo de Emergência para a Habitação. Mas respeitar a Assembleia da República é dar seguimento àquilo que a Assembleia da República aprova. E há dois anos que, de facto, este Governo não cumpre, nomeadamente, com este fundo.

Há aqui um aspeto que estes relatórios não espelham e que gostava de trazer, que é a falta de diálogo entre o Governo e todos os partidos desta Assembleia da República, em igualdade de circunstâncias. Foi assim com o Governo anterior e continua a ser assim com este Governo. O diálogo com todos os partidos, principalmente com os que partilham os mesmos valores democráticos e constitucionais, é um aspeto básico da boa relação entre o Governo e a Assembleia da República, e não está a acontecer.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra para uma intervenção a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Este relatório, para o qual não podemos olhar apenas numa perspetiva quantitativa, mas também qualitativa, vem deixar-nos algo que é bastante claro e que, em vésperas do dia 8 de março, não posso deixar de destacar. As mulheres sabem — porque o vivem no dia-a-dia — que, em relação aos seus direitos e às suas liberdades, apesar de verem avanços legislativos aprovados, estes continuam a não sair da gaveta. Basta olharmos para a lei da violência obstétrica, que continua por regulamentar, por inação até de sucessivos Governos, e as mulheres continuam desprotegidas num dos momentos mais vulneráveis das suas vidas.

É também o caso dos direitos das mulheres com endometriose, que continua sem regulamentação, ignorando-se assim mais de 350 000 mulheres — repito, 350 000 mulheres no nosso país! — que vivem todos os dias com dor e à espera de uma lei que dê resposta à dimensão da sua terapêutica e das suas necessidades, até do ponto de vista financeiro.

Depois, também temos outras leis que, há décadas, prometem igualdade, mas que continuam na gaveta, tais como a da não discriminação no acesso a bens e serviços e a da indemnização das vítimas de violência doméstica, que continuam esquecidas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que estamos a dizer é que a dignidade destas mulheres e a sua segurança podem esperar, o que não deve acontecer. Por isso, Sr. Ministro, mais do que o tempo de resposta à Assembleia, queremos saber o tempo...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não filmem agora!...

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Eu diria que, neste tipo de apreciação que fazemos da atividade do Governo, mais importante do que a questão formal que os serviços da Assembleia da República compaginam entre requerimentos e perguntas é a relação que se estabelece verdadeiramente entre o Governo e o Parlamento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cuidado com as filmagens!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Isto na perspetiva legislativa, naturalmente — e já aqui nos referimos a várias dimensões, das perguntas aos requerimentos, a todas essas questões —, mas principalmente na atividade fiscalizadora do Governo, que é aquela com que aqui, no Plenário, nos preocupamos e em que se evidencia essa mesma relação entre membros do Governo e Parlamento, não obstante nas comissões parlamentares ela ser sistemática e permanente.

Com os dados que o Governo tem — e estamos a falar de uma legislatura que coincidiu com uma sessão legislativa que teve cerca de 400 dias, no total, e, porventura, cerca de 200 dias úteis de atividade, e perante quase 1000 presenças do Governo neste Parlamento —, diria que, em média, teremos tido cinco membros do Governo presentes, por dia, neste Parlamento.

Se queremos mais fiscalização do Governo, ela está aqui, naturalmente, bem evidenciada,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... o que também significa que, a acrescer às perguntas escritas e à avaliação e discussão da legislação ou das propostas apresentadas no Parlamento, a presença de 1000 membros do Governo durante uma sessão legislativa, multiplicada pelo conjunto vastíssimo de

perguntas em comissões ou em Plenário, perfaz qualquer coisa como 10 000 perguntas feitas ao Governo numa só legislatura,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh pá, que chatice!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... o que, manifestamente, é uma forma de esclarecer, de colaborar e de participar nos trabalhos da Assembleia da República.

Não posso deixar de assinalar isso, até porque não podemos esquecer que esta Legislatura também foi marcada por moções de censura, moções de confiança e também pela discussão de um Orçamento do Estado. Tudo isso tira dias úteis ao debate parlamentar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade, a democracia é uma chatice!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... o que demonstra ainda mais, e reforça, a presença dos membros do Governo no Parlamento, mas acima de tudo demonstra o respeito sistemático que há perante o Parlamento, quer por iniciativa do Governo, quer, naturalmente, por iniciativa do Parlamento.

Estas formas de funcionar fazem com que, no respeito pela separação de poderes e no respeito pela determinação constitucional de que o Governo depende do Parlamento, haja uma clara evidência de que trabalhamos em conjunto — todos os partidos, todos os Deputados — com o Governo, porque queremos ver esclarecidas as questões, queremos propor, queremos discutir. Isso está bem evidenciado nas discussões sistemáticas, tanto das propostas de lei como dos projetos de lei, ou de resolução, que aqui temos tido.

Portanto, diria que, do ponto de vista do escrutínio político parlamentar ao Governo, houve aqui uma vastíssima troca de impressões, uma vastíssima troca de decisões e, acima de tudo, uma vontade permanente de continuar a fazer desenvolver o sistema político.

Temos, em pouco tempo, muita presença do Governo. Não porque duvidemos dele, mas, acima de tudo, porque queremos colaborar e também queremos que o Governo colabore com o Parlamento.

Nos números que aqui estão, isso é bem evidenciado, ficando bem claro que assim acontece e, naturalmente, que a Legislatura em que agora estamos tem sido marcada por isso mesmo. Continuaremos à espera de que o Governo esteja presente para nos responder e continuaremos a escrutinar o Governo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Mais uma vez, somos convocados para este ritual anual de avaliação do relatório, uma inovação da revisão do Regimento em 2020, mantida em 2023. De facto, ele tem alguma utilidade, uma vez que os indicadores estatísticos, não sendo mais do que números, são uma ferramenta com algum relevo porque permitem fazer a identificação de algumas insuficiências que podem ter lugar no acompanhamento do escrutínio parlamentar.

Porém, mantendo o ritual, recuperamos as reservas e as dúvidas que temos quanto ao relatório e a alguns dos seus aspetos, como por exemplo a inclusão das autorizações legislativas, que, na verdade, não são obrigações do Governo: o Governo tem a faculdade de as pedir à Assembleia e pode utilizá-las ou não. Portanto, a sua inclusão no relatório sempre nos pareceu razoavelmente equívoca, uma vez que não se trata de escrutinar a incapacidade de execução de uma lei, mas de uma mera faculdade que o Governo tem ao seu dispor.

Já o problema focado pela Sr.^a Deputada Paula Santos, há instantes, relativamente ao uso excessivo de autorizações legislativas, em que seria mais produtivo para a qualidade da democracia fazer o debate em sede parlamentar — e consigo recordar dois ou três casos em que o Parlamento poderia ter contribuído melhor para a legislação se tivesse tido oportunidade de fazer o debate completo no Parlamento —, é um tema político, não do relatório.

Em segundo lugar, os relatórios também nem sempre conseguem fazer — não é o caso de hoje — a articulação exata entre o Governo concreto que vem prestar contas e o Governo que é responsável pela maior parte das respostas a perguntas e requerimentos ou das matérias que estão em falta. Não é tanto o caso de hoje, porque o XXIV e o XXV Governos, apesar de serem distintos, correspondem à mesma maioria, mas no passado este desencontro entre maiorias parlamentares e Governos que prestam contas também dificultou a capacidade de leitura fina do relatório — eventualmente, isto deveria ser refletido.

Por outro lado, o relatório também ajuda a medir, de forma estritamente estatística, o tempo de resposta, e isto leva-me àquilo que vou referir daqui a instantes e que tem a ver com a dimensão qualitativa do relatório. Ficamos a saber que, apesar das respostas em número bastante expressivo, em que alguns dos ministérios respondem a todas as perguntas, a questão do efeito útil deve ser ponderada, porque obter uma resposta vários meses depois da atualidade do tema, evidentemente, priva os grupos parlamentares da informação necessária para o debate parlamentar.

Os requerimentos são um instrumento de obtenção de informação para melhor poder escrutinar o Governo, mas se, de alguma maneira, chegam tardiamente impossibilitam esse mesmo tratamento.

Portanto, o meu ponto é mesmo este: o relatório não é qualitativo. E não é qualitativo porque, por exemplo, na regulamentação das leis, olha para aqueles casos em que a lei diz que tem de ser regulamentada, mas deixa de fora todas aquelas em que não há uma norma expressa de regulamentação, embora não seja por isso que a mesma regulamentação não seja necessária.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Portanto, peca por defeito.

Por outro lado, nas respostas às perguntas, e já referi a questão do prazo, não é feita uma avaliação de qualidade e de substância das respostas, um aspeto que a Sr.^a Deputada Paula Santos e outros grupos parlamentares também já referiram. Meramente dizer «estamos a ver» ou «logo veremos», dar uma resposta redonda ou remeter para respostas anteriores que já eram redondas não serve o propósito.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Pode sempre dizer-se «bom, podemos voltar a fazer a pergunta nas audições regimentais, podemos voltar a insistir», mas verdadeiramente não há uma avaliação qualitativa neste relatório, e é um ponto de reflexão para o futuro.

No ritual de 2027, se calhar, seria interessante introduzir um questionário que os grupos parlamentares pudessem preencher quanto à sua satisfação com a resposta à pergunta.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Não custaria nada — e não estou a apontar para o Sr. Ministro! O relatório é da Assembleia, é uma sugestão para a própria Casa. Façamos este exercício, ou seja, já agora, procuremos saber qual é o grau de convicção que os grupos parlamentares têm de ter sido ou não respondida a pergunta.

Melhoraria a qualidade do relatório, porque estarmos aqui a fazer troca de números e avaliação estatística... Uma folha de *Excel* é extraordinária, mas ocuparmos uma manhã, todos os anos, com uma folha de *Excel*, que é aquilo que... E, mais uma vez, elogio também, como a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes fez, o trabalho dos serviços da Assembleia da República, que é muito moroso e complexo, mas não custa nada perguntar. Perguntar não ofende e, neste caso, provavelmente, melhoraria essa capacidade de avaliação.

Até iria mais longe: com tanta academia que olha para o direito parlamentar, para a instituição parlamentar e para a qualidade da democracia, seguramente, seria possível à Assembleia estabelecer qualquer forma de avaliação externa da qualidade das respostas às perguntas e requerimentos, da qualidade da presença dos membros do Governo e da sua regularidade — um observador externo que nos ajude a fazer este debate. Porque entre nós, Governo e Assembleia, o pingue-pongue será sempre o mesmo: o Governo dirá «somos o Governo que mais respondeu na história» e a oposição dirá «são o Governo que mais se atrasou a

responder», e ficamos nisto — o que, verdadeiramente, não é assim tão útil quanto poderia ser para a avaliação dessa matéria.

Terminava com outro aspeto, que não consta do relatório, mas em que aproveito o excelente artigo que a minha camarada e colega Mariana Vieira da Silva hoje escreveu,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ui! Andaram os dois na tropa...

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... no *Expresso*, sobre acesso a dados e a informação estatística: se queremos dar informação ao Parlamento, e à sociedade toda, para poder escrutinar a atividade do Governo, não podemos fazer desaparecer indicadores estatísticos, que no passado eram conhecidos, na saúde, na imigração ou na educação.

Isso, sim, impede o escrutínio democrático, pelo Parlamento e pelos cidadãos. Leiam o artigo, porque vale a pena.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Cumprimento o Sr. Ministro pelo elogio que faz à atividade parlamentar, ao seu papel fiscalizador e legislador,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... do qual faz certamente parte o instituto da apreciação parlamentar, que o PSD exerceu bastante quando estava na oposição — foram mais de 60 vezes, nas legislaturas em que se encontrou nessa posição, e isso também importa. A melhor forma de fazer o balanço é também projetar a atividade futura, como aliás várias bancadas têm feito.

O Sr. Ministro saberá que, hoje, será votada a alteração decorrente da apreciação parlamentar que o Bloco de Esquerda, o Livre e o PCP fizeram ao decreto-lei que enquadra o *lay-off* para os trabalhadores das áreas afetadas. O Governo ainda não se pronunciou relativamente ao que fará no seguimento dessa alteração legislativa, e convido o Sr. Ministro a dizer, na intervenção de encerramento que fará, quando é que o Governo vai começar a pagar o que é devido aos trabalhadores e às empresas, garantindo, como prometeu no dia 2 de fevereiro, que nenhum trabalhador de uma área afetada terá o seu salário cortado.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não havendo mais inscrições, passamos ao encerramento do debate, pelo que dou a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares para proceder a essa intervenção. Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No encerramento deste debate, que, com todo o respeito, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, não é um mero ritual — insere-se igualmente no exercício de prestação de contas que o Governo tem de fazer ao Parlamento, e é por isso que aqui estamos —, deixem-me dizer, em relação às observações que me foram feitas, que houve algumas a que não posso responder, pois não tenho ainda dados para o fazer; e que outras, inclusivamente, me afetaram um pouco.

Não está aqui, neste momento, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, líder parlamentar do Livre, mas acusar o Governo que represento de falta de diálogo, confesso, até me magoou,...

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Oh!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... porque o Ministério dos Assuntos Parlamentares tem estado sempre disponível, assim como todos os ministérios e, inclusivamente, o Sr. Primeiro-Ministro, com quem, aliás, a Sr.^a Deputada reuniu na semana passada.

Vozes do L: — Oh!...

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Acho que esta acusação peca, no mínimo, por falta de comprovação factual e, portanto, não tem qualquer sentido.

Deixem-me dizer também que não há aqui um problema qualquer com as propostas de autorização legislativa.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Há pois!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não pode o Parlamento referir-se a um excesso de utilização de um instrumento de cariz constitucional e regimental, porque esse é um juízo de valor que, com toda a certeza, não parece ter grande cabimento num debate destes. E porquê? Porque estamos a falar, como disse, de um instrumento previsto na Constituição, previsto no Regimento, e portanto, como aliás referiu o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, é uma faculdade do Governo utilizar esse instrumento constitucionalmente previsto.

«Utilizam a mais» ou «utilizam a menos», é um juízo que, com toda a sinceridade, é uma lógica de escolhas do Governo. O Parlamento pode apreciá-las, pode votá-las, mas isso também deriva das condições políticas que o Governo tem para governar.

Em relação aos dados do Ministério da Saúde, inquiri o meu gabinete e, neste momento — isto não consta do relatório —, as perguntas que estão por responder são 26 %, e não 80 %.

Quase 1000 vezes estivemos aqui e mais 1000 vezes estaremos, porque, Sr.^{as} e Srs. Deputados, viemos para transformar Portugal. Devo dizer que as vezes que este Governo, ministros e secretários de Estado, esteve presencialmente em Plenário e em comissões pede meças a qualquer democracia com a qual gostamos de nos comparar,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... inclusivamente em sistemas que não são semipresidencialistas, como o nosso, mas que têm cariz de acento tónico parlamentar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O relatório que discutimos não pode deixar de acrescentar que, desde o início da presente Legislatura e até ao mês passado, o Governo mantém, e em alguns pontos até incrementa, o número de presenças de membros do Governo neste Parlamento.

Por isso, e acima de tudo, os portugueses poderão contar, agora sim, com a palavra dada e honrada, com sentido de Estado, e com a predisposição inequívoca deste Governo em esclarecer, em aprofundar, em melhorar a qualidade da democracia e das instituições e em garantir a assertividade das respostas políticas que nos são exigidas.

A função fiscalizadora do Parlamento não é acessória, é estruturante, e este equilíbrio entre órgãos de soberania impede excessos e reforça a estabilidade democrática.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nunca se caia na tentação desequilibradora de confundir fiscalização parlamentar com parlamentarização da governação,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... situação reprovável e ofensiva dos rudimentos mínimos do princípio da separação dos poderes, constitucionalmente previsto, em que os Parlamentos

poderão ensaiar intrusões na esfera constitucional do poder executivo, aproveitando ensejos circunstanciais de maiorias parlamentares.

Se é certo que a crise das democracias contemporâneas deriva, muitas vezes, de tentações totalitárias que se consubstanciam no enfraquecimento da instituição parlamentar, e até no esforço constante de ridicularizar as vicissitudes do debate democrático, também não será menos prejudicial e corrosiva a eventual tentativa de vexação do princípio da separação e da interdependência de poderes, designadamente na situação conjeturável em que o poder executivo possa vir a ser incapacitado de governar através do empastelamento da sua ação por via de coligações parlamentares política e ideologicamente antinaturais.

Estou ciente de que a nossa democracia, orgulhosa dos seus mais de 50 anos, não o consentirá e saberá fazer prevalecer a lição de Charles de Montesquieu, o princípio da separação de poderes.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Tornar públicas as decisões e disponibilizar relatórios claros garante que a ação do Governo permanece sob avaliação e fortalece a credibilidade geral da política.

Governar é decidir, mas é também prestar contas, reforçando a confiança dos cidadãos, consolidando a democracia e garantindo que o interesse público permanece como prioridade. Este Governo assim fez e assim continuará a fazer ao longo do resto da Legislatura.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Antes de passarmos ao próximo ponto da ordem de dia, queria anunciar à Câmara que estão a assistir nas galerias um grupo de 57 alunos e professores da Escola Técnica e Profissional do Ribatejo, um grupo de 58 alunos e professores do Colégio Mem Martins, um grupo de 30 alunos e professores da Escola Secundária Gil Eanes, de Lagos, um grupo de 60 alunos e professores do Agrupamento de Escolas D. António Taipa, de Freamunde, um grupo de 48 cidadãos do Passeio Municipal Sénior, de Paços de Ferreira, e, finalmente, um grupo de 69 alunos e professores da Escola Secundária José Saramago, de Mafra.

Peço o aplauso da Câmara.

Aplausos gerais.

Queria ainda alertar as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados para a eleição que está a decorrer, com urna aberta na Sala do Senado, para o lugar de Secretário da Mesa desta Assembleia.

Passamos então ao quarto ponto da nossa ordem de trabalhos, que consta da apreciação conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 56/XVII/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a rever o regime do mecenato e alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais e dos Projetos de Lei n.ºs 137/XVII/1.^a (PS) — Aprova o estatuto do mecenato cultural, 467/XVII/1.^a (CH) — Aprova o novo estatuto do mecenato cultural, revogando o artigo 62.º-B, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, 470/XVII/1.^a (L) — Cria o mecenato para a coesão cultural territorial e social e 475/XVII/1.^a (IL) — Desenvolvimento do regime fiscal do mecenato.

Para a apresentação da proposta de lei, tem a palavra a Sr.^a Ministra da Cultura, Juventude e Desporto. Faça favor, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a **Ministra da Cultura, Juventude e Desporto** (Margarida Balseiro Lopes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me começar por recordar António Lobo Antunes,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Cultura, Juventude e Desporto**: — ... uma das maiores vozes da literatura portuguesa, cuja obra continuará a marcar profundamente a nossa língua e a nossa cultura.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do JPP e de Deputados do CH.

Recordá-lo hoje é também lembrar que a cultura é um pilar fundamental de qualquer sociedade livre, plural e democrática. Por essa razão, criar condições para que as instituições culturais cumpram plenamente a sua missão e garantir que todos, sem exceção, têm acesso à cultura tem de ser uma prioridade coletiva e uma responsabilidade comum. Nesse caminho, o Estado deve, naturalmente, dar o exemplo.

Por isso, o Governo tem vindo a aumentar progressivamente os meios disponíveis para o setor e a criar condições para que a atividade cultural se desenvolva com maior estabilidade e alcance em todo o território nacional.

Contudo, o reforço do investimento público, sendo essencial, não é suficiente. A valorização da cultura exige o envolvimento ativo de toda a sociedade: das fundações, das empresas, dos cidadãos e de todos aqueles que reconhecem na criação artística um bem essencial à vida coletiva — um contributo que não substitui o papel do Estado, mas que o complementa, ajudando a mobilizar mais recursos, a apoiar novos projetos e a criar mais oportunidades para a criação artística e para o acesso à cultura.

Para isso, é fundamental criar condições que incentivem e facilitem o envolvimento dos privados na vida cultural do País. Com esse propósito, o Governo apresentou, no final do ano passado, uma proposta de revisão do regime do mecenato cultural, cumprindo assim o compromisso que tinha assumido: uma reforma há muito reivindicada pelo setor e que pretende tornar o mecenato cultural mais atrativo, mais eficaz, mais transparente e mais acessível. Trata-se de um trabalho construído através de um processo alargado de diálogo, sempre com um objetivo claro, o de garantir que o novo regime possa entrar em vigor o mais rapidamente possível e responder àquelas que são as expectativas do setor.

A proposta do Governo que hoje aqui discutimos é ambiciosa no reforço dos benefícios fiscais associados ao mecenato cultural. O limite de dedução sobe de 0,8 % para 1 % do volume de negócios, e a aceitação do gasto em sede de IRC passa de 130 % para 140 %, tornando mais vantajoso para o setor privado apoiar projetos, instituições e atividades culturais.

Ainda assim, a proposta do Governo vai mais longe e introduz alterações estruturais no enquadramento das entidades e iniciativas que podem beneficiar de mecenato cultural. Em primeiro lugar, introduz o regime de elegibilidade automática para um conjunto de entidades cujo interesse público da sua atividade já se encontra plenamente reconhecido.

Em segundo lugar, estabelece que as entidades culturais passam a dispor de um título com validade de cinco anos, pondo assim fim à obrigação de solicitar anualmente o reconhecimento do interesse cultural da sua atividade, para efeitos de acesso ao mecenato. Esta alteração, além de reduzir a burocracia associada ao processo, reforça a estabilidade do enquadramento jurídico das entidades e permite, assim, o melhor planeamento da sua atividade.

Em terceiro lugar, a proposta apresentada pelo Governo introduz uma inovação fundamental: cria o título de iniciativa cultural. Esta inovação permite que o apoio dos mecenas se dirija também a projetos ou iniciativas culturais concretas,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

A Sr.^a **Ministra da Cultura, Juventude e Desporto**: — ... independentemente da natureza jurídica da entidade promotora.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

A Sr.^a **Ministra da Cultura, Juventude e Desporto**: — Assim, a tónica passa a estar na relevância cultural da iniciativa desenvolvida, permitindo que o mecenato alcance um universo mais amplo de projetos culturais. Tudo isto assente em critérios mais objetivos que reduzem a discricionariedade e reforçam a transparência e a segurança jurídica do regime.

Por fim, o novo regime que propomos alarga o elenco das áreas culturais reconhecidas para efeitos de mecenato, passando, por exemplo, a incluir o artesanato, o *design*, a moda, as artes digitais, a imprensa ou o folclore. Desta forma, o regime do mecenato cultural passa a reconhecer não só a diversidade do setor, mas também a evolução das práticas artísticas contemporâneas.

Adicionalmente, a proposta do Governo prevê também a criação de uma plataforma digital. Esta plataforma não só reduz a burocracia como permite a divulgação de pequenos, médios e grandes projetos, impulsionando iniciativas que de outra forma nunca veriam a luz do dia.

Assim, não se trata apenas de transparência ou de simplificação, mas de visibilidade para quem faz cultura, todos os dias, no nosso País. No seu conjunto, estas mudanças tornam o mecenato cultural mais acessível, mais transparente e mais eficaz, criando condições para mobilizar mais investimento para a cultura, diversificar fontes de financiamento e dar mais estabilidade ao trabalho das instituições, dos criadores e das estruturas culturais.

O objetivo é, com a maior brevidade possível, estabelecer um regime de mecenato que sirva melhor a cultura e, dessa forma, o País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos, ainda dentro do debate, ao Projeto de Lei n.º 137/XVII/1.ª...

Pausa.

Peço desculpa, a Mesa regista a inscrição de três pedidos de esclarecimento à Sr.ª Ministra, a quem pergunto como pretende responder.

A Sr.ª **Ministra da Cultura, Juventude e Desporto**: — Em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Dou então a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, ao Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente em exercício, Sr.ªs e Srs. Deputados, a lei do mecenato é uma peça central na promoção do investimento na cultura, na arte e no património em Portugal, mas todos sabemos que a lei do mecenato merece uma revisão profunda, a começar, em primeiro lugar, pelo setor cultural, que a exige há muito tempo.

Sr.ª Ministra, para nós, CDS, há uma dimensão fundamental nessa revisão: acabar com uma discriminação entre o público, o privado e o social no acesso a este regime.

Ao contrário de alguma esquerda, não acreditamos e não defendemos uma espécie de privilégio do Estado no acesso ao regime do mecenato cultural. Para nós é injusto, para nós é errado que os projetos culturais promovidos pelo Estado tenham uma quase aprovação automática e os projetos culturais promovidos pela sociedade civil tenham de enfrentar, muitas vezes, processos de avaliação complexos, demorados e sem critérios legais definidos.

Por isso, deixava-lhe duas perguntas. Em primeiro lugar, em que medida é que esta proposta vem reforçar o mecenato cultural para o setor privado e social e diminuir os entraves para aprovação dos projetos aprovados, apresentados pela sociedade civil? E, em segundo lugar, porque é que o Governo optou por alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais, e não criar um regime próprio para o mecenato cultural?

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Estás a ver!? É isso!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para o outro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Porfírio Silva, do Partido Socialista. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros, Sr.^a Ministra, temos uma pergunta direta que nada tem de retórico.

Em 2024, o PSD chumbou o projeto do PS sobre mecenato cultural, dizendo que esperava uma proposta mais abrangente do Governo. Em julho de 2025, o PS voltou a apresentar um projeto, e logo dissemos que esperaríamos pela proposta do Governo para enriquecermos o debate. Mais de meio ano depois, tivemos a resposta do Governo: uma proposta de alteração legislativa, em alguns aspetos mais recuada e menos inovadora do que o projeto do PS, sabendo que a forma da alteração legislativa dificulta o trabalho aprofundado de especialidade.

Sr.^a Ministra, parece-nos que o gesto não é elegante, mas nós não somos de rancores, continuamos a procurar convergências.

Pergunto: o que está disposta a fazer para facilitar um debate aberto, com alternativas? E, por favor, Sr.^a Ministra, peço-lhe uma resposta direta, sem a ficção de que não tem nada a ver com a ação dos grupos parlamentares que apoiam o Governo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Aqui não tem mesmo!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Se não tem mesmo, está muito mal!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O PS nem bate palmas ao Porfírio?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Teixeira, do Chega, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.^a Ministra, a pergunta que fica é a de saber se queremos, de facto, mais mecenato em Portugal ou se queremos continuar a fingir que o temos. É que o regime atual de mecenato, de facto, peca por ser fraco, por ser pouco atrativo e incapaz de mobilizar aquilo que mais importa, que é, de facto, a sociedade civil e o investimento privado.

Bem sei que Governos foram eleitos, Governos saíram, maiorias absolutas vieram e tomaram e pouco fizeram no tocante a este objeto. Nada foi feito para rever este regime.

Saudamos o Governo por esta iniciativa, no entanto, gostava, claro, de lhe colocar algumas questões em relação à mesma.

O Governo propõe a criação de mecanismos administrativos, fala também sobre a criação de regimes de reconhecimento, mas parece-me ser um pouco tímido no tocante a matéria fiscal, e é isso que verdadeiramente importa, neste ponto.

Ao olhar, por exemplo, para a Europa e para aqueles que são os melhores exemplos que temos, identificamos alguns, como o caso da Itália, com o *Art Bonus*, que permite créditos fiscais até 65 %; o caso da Espanha, que recentemente fez uma reforma nesta matéria que permite deduções até 80 %. A própria Lei Aillagon, em França, que é uma lei já antiga, de 2003, também é robusta do ponto de vista fiscal.

Em Portugal, temos um regime que não mobiliza, e parece-me que continuará a não mobilizar, o investimento privado, que é, de facto, aquilo de que carecemos na esfera cultural.

Por isso, pergunto ao Governo: do ponto de vista fiscal, se ambos partilharmos do mesmo diagnóstico, porque é que não partilharmos da mesma ambição?

Em segundo lugar, pergunto-lhe em relação ao regime de reconhecimento que há pouco mencionei. O mesmo não é tão claro assim, portanto, gostaria de indagar à Sr.^a Ministra o que é que vai, de facto, o Governo propor nesta matéria. Pergunto se não corremos o risco de criar uma Lei Rouanet 2.0, ou seja, uma espécie de lei com a qual apenas os mesmos serão beneficiados, apenas os amigos do sistema terão esse apoio. Não corremos esse risco também?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para responder, a Sr.^a Ministra Margarida Balseiro Lopes.

A Sr.^a **Ministra da Cultura, Juventude e Desporto**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em relação ao papel dos privados, que acaba por ser o ponto do Sr. Deputado Paulo Nuncio e do Sr. Deputado Daniel Teixeira, há vários exemplos que mostram que queremos, de facto, valorizar o papel dos privados. Criámos o título de iniciativa cultural, que, basicamente, garante que qualquer entidade pode submeter um projeto, independentemente da sua natureza jurídica.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Cultura, Juventude e Desporto**: — Garantimos que uma entidade que recebe o título de entidade cultural tem esse título durante cinco anos e escusa de anualmente pedir à ministra a sua validação. Alargámos o leque das atividades que passam a poder ser abrangidas, além de consagrarmos critérios objetivos, acabando, assim, com a discricionariedade.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Cultura, Juventude e Desporto**: — Quanto ao decreto autorizado, ou autorização legislativa, Sr. Deputado, havendo boa-fé e disponibilidade do Governo para ter uma proposta melhor no resultado do processo em sede de especialidade, terá sempre o compromisso do Governo para que o setor da cultura tenha uma melhor lei do mecenato no final desse processo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Lopes Silva, do Partido Socialista.

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A cultura é uma responsabilidade do Estado. Não é uma opção, mas um dever constitucional. O mecenato não vem substituir esse dever, vem reforçá-lo, alargando o círculo de quem contribui para a criação cultural, para que chegue a mais pessoas e a mais territórios.

O Partido Socialista apresentou esta proposta há quase dois anos, porque acredita que esse reforço pode e deve ser mais generoso, mais claro e mais ambicioso. Fê-lo na sequência de oito anos de governação, em que o apoio público à cultura se organizou, reforçou e consolidou. Hoje, como então, o objetivo é claro: complementar a ação do Estado, um papel do qual não se pode demitir, no investimento em cultura, com o envolvimento do setor privado e dos particulares.

Voltámos a apresentá-lo em julho, convocando todos para esse processo. Fizemo-lo com espírito de diálogo, convictos de estarmos a apresentar uma proposta sólida, clara e inovadora, mas com a vontade, na especialidade, de construir um regime mais apelativo de benefícios fiscais para o apoio privado ao setor cultural com os diferentes contributos.

Esta é uma proposta que retira burocracia, gera maior atratividade, alarga o raio de ação, inova nas formas de apoio e reforça a transparência e a avaliação das políticas de mecenato.

Retira burocracia com medidas como o reconhecimento da elegibilidade para o mecenato, de forma plurianual, de projetos cujo mérito já tenha sido reconhecido em concursos públicos recentes, ou que não conheçam alterações significativas. Evita-se assim a repetição anual dos procedimentos quando nada de substancial se tenha alterado e estabelece-se uma coerência lógica com os concursos de apoios públicos, confiando na avaliação positiva de júris credíveis, evitando a dupla avaliação, em sedes distintas, dos mesmos projetos.

Gera maior atratividade, quer através do reforço e clarificação dos benefícios fiscais, tornando-os mais claros, estáveis e abrangentes, quer através da visibilidade dada aos mecenas e às entidades beneficiárias.

Alarga o raio de ação, acrescentando ao universo de beneficiários do mecenato as pessoas singulares, artistas plásticos, autores, músicos inscritos com essa atividade, entre outros. É uma medida de justiça para as

diferentes artes, dando oportunidades iguais a setores que não se organizam em coletivos, companhias ou associações, mas que têm no trabalho artístico individual a sua génese.

Inova nas formas de apoio, com a inclusão do financiamento colaborativo, o *crowdfunding*, e do financiamento por equivalência, o *match funding*, bem como através da criação de um estímulo fiscal temporário à aquisição de obras originais de artistas vivos, disponibilizando-as à fruição pública através da Rede Portuguesa de Museus ou da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea, garantindo assim maior abrangência territorial da fruição destas obras.

O *crowdfunding* é hoje um modelo amplamente utilizado em setores empresariais e sociais, e a possibilidade de beneficiar de enquadramento fiscal pode torná-lo mais atrativo para a atividade cultural.

O *match funding* apresenta-se como um instrumento de criação de maior sustentabilidade para projetos de reconhecido mérito, reforçando o efeito multiplicador do investimento privado ao associar, de forma automática e transparente, recursos públicos ou institucionais ao esforço feito pelas comunidades.

Reforça ainda a transparência e a avaliação das políticas, associando a este estatuto mecanismos de monitorização técnica que permitem conhecer melhor o impacto dos benefícios fiscais da cultura, ajustando os instrumentos e garantindo o esforço fiscal na comunidade, o que se traduz em mais criação, mais fruição e mais coesão territorial e social.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este é o nosso ponto de partida para um processo com o qual estamos comprometidos há muito tempo, convictos de que a soma dos diferentes contributos pode enriquecer esta discussão. Fazemo-lo, acima de tudo, certos de que este não tem de ser um campo de batalha partidária, mas antes um ponto de confluência.

O reforço do contributo privado, a par de uma obrigação inalienável do investimento público em cultura são formas de concretizar o dever constitucional de democratizar o acesso, corrigir assimetrias e valorizar a criação cultural em todo o território, porque o financiamento da cultura não é uma opção ideológica, é uma obrigação civilizacional, e quando o Estado e a sociedade civil caminham juntos nessa direção, a democracia ganha mais do que espectadores: ganha cidadãos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Relembro que o processo eleitoral para eleger um secretário da Mesa encerra ao meio-dia, portanto, aos Srs. Deputados que ainda não votaram, peço o favor de se dirigirem à Sala do Senado.

Agora, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Afonso, do Chega.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O que o Governo traz hoje a esta Assembleia não é uma verdadeira reforma do mecenato cultural. O que o Governo traz hoje a esta Assembleia é mais uma autorização legislativa, mais um cheque em branco. Mais uma vez, o Parlamento é chamado apenas para autorizar, enquanto o Governo reserva para si o verdadeiro poder de decidir, e isto tornou-se um hábito perigoso.

Nos últimos tempos, temos assistido a uma prática sistemática: sempre que há uma matéria sensível ou relevante, o Governo prefere pedir autorização para legislar por decreto-lei, evitando assim o debate detalhado, artigo a artigo, nesta Assembleia. Assim, evita o escrutínio, evita as propostas de alteração e, sobretudo, evita o confronto democrático.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, isto não é saudável para a democracia, porque, enquanto o Governo se refugia numa autorização legislativa, o Chega apresenta um projeto de lei concreto, claro e diretamente aplicável. Trata-se de um projeto de lei que obriga a assumir um compromisso político real e que permite a esta Assembleia discutir e decidir exatamente o que irá entrar em vigor.

Se entrarmos no conteúdo desta proposta, os problemas tornam-se ainda mais evidentes. O Governo fala em transparência, mas cria um sistema de reconhecimento de entidades culturais dependente de despachos governamentais. Ou seja, em última instância, será o próprio Governo a decidir quem recebe o título de entidade cultural ou de iniciativa cultural. Quanto a isto, questiono, Sr.^{as} e Srs. Deputados: onde é que está a verdadeira transparência? Onde é que está a garantia de imparcialidade?

Criam-se novos títulos, novos procedimentos, novas plataformas, novos pareceres administrativos, tudo, tudo em nome da simplificação, mas, na prática, aquilo que vemos é mais burocracia, mais centralização e, sobretudo, mais poder nas mãos do Governo.

Há ainda outro ponto que não pode passar despercebido. O Governo prevê até a possibilidade de atribuir títulos culturais a projetos fora das áreas previstas, desde que haja um despacho fundamentado de membros do Governo das Finanças e da Cultura. Ou seja, sempre que quiser, o Governo pode abrir exceções e, quando a lei depende das exceções decididas politicamente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o risco de tráfico de influências, de corrupção e de prevaricação aumenta exponencialmente.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, do que Portugal precisa não é de mais uma autorização legislativa vaga; do que Portugal precisa é de leis claras, debatidas nesta Assembleia e aprovadas com responsabilidade política direta. Por isso, nunca poderemos aceitar que o Governo continue a transformar esta Assembleia numa simples entidade autorizadora das suas intenções legislativas. O Parlamento existe para legislar e não para passar cheques em branco ao Governo.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra, Sr. Ministro: O mapa cultural do País continua desigual. Há concelhos onde se pode ir ao teatro, ao cinema, a concertos e a exposições, e há concelhos onde simplesmente nada acontece e temos um vazio de acesso à cultura.

Quem tem menos participa menos. Em Portugal, quem nasce num contexto de menor acesso à cultura começa a vida a perder em duas frentes: na escola e fora dela. Se não há oportunidade de ir a um museu, a um teatro, a um cinema, se se tem de fazer quilómetros para ver um concerto, tudo se combina para a inexistência de mobilidade social.

Quando essas oportunidades falham, as desigualdades prolongam-se uma vida inteira, e é neste contexto que o Livre traz este projeto de lei sobre o mecenato para a coesão cultural, territorial e social.

Partimos de uma ideia simples: quem tem mais recursos tem também mais responsabilidade na forma como contribui para o bem comum, e isso inclui também a cultura.

Uma criança que passa a ter acesso ao teatro, a oficinas de música no centro cultural da vila ou ao cinema regular no seu concelho não ganha apenas um passatempo; ganha ferramentas de linguagem, de imaginação, de autoestima, e é este potencial que queremos que o mecenato ajude a ativar.

Porém, por percebermos estes efeitos é que somos muito firmes numa coisa: o mecenato não pode ser a desculpa para o Estado tentar esvaziar o seu papel de principal financiador da cultura. O Estado tem uma obrigação constitucional de garantir o direito à criação e à fruição culturais. Para o Livre, o mecenato será sempre um complemento e nunca uma substituição.

O Governo volta agora, em relação ao mecenato, a recorrer ao seu método preferido: pedir uma autorização legislativa, afastando o Parlamento da discussão concreta, e isto não é novidade. Pode ser cómodo para quem governa, mas é péssimo para a democracia parlamentar.

Relativamente à proposta de lei, em si, ela limita-se a simplificar procedimentos administrativos, a criar uma plataforma digital e a aumentar incentivos fiscais de forma generalizada, sem qualquer orientação, para reduzir assimetrias territoriais ou sociais, que é precisamente o que falta e o que o nosso projeto propõe corrigir.

O projeto de lei do Livre faz três escolhas claras: em primeiro lugar, o território importa. Um euro de mecenato não deve ter o mesmo valor político se financia mais um evento numa grande capital cultural, ou se torna possível um programa regular num concelho de baixa densidade, numa região do interior, ou numa zona urbana marcada pela exclusão, pelo que, no regime que propomos, apoiar a cultura nesses territórios terá um benefício fiscal maior.

Em segundo lugar, a nível das condições de acesso, sabemos que o contacto precoce com a cultura faz diferença, por isso, o nosso projeto dá mais benefício fiscal a quem apoia iniciativas com acesso gratuito, regular, a projetos em contexto escolar, à formação artística para crianças e jovens, à mediação cultural junto de públicos que hoje quase não participam em nada.

Em terceiro lugar, a nível da autonomia e do equilíbrio do sistema cultural, propomos duas coisas: benefícios proporcionais mais favoráveis para empresas mais pequenas, de forma a alargar o leque de quem pode ser mecenas; e um limite a partir do qual os donativos de um único financiador deixam de ter acesso às majorações adicionais.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a cultura não é privilégio de quem vive nas grandes cidades; é direito de todas as portuguesas e de todos os portugueses, do Minho ao Algarve.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, em especial Sr.^a Ministra da Cultura, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O mecenato é uma das formas mais relevantes de participação da sociedade civil na promoção da cultura, da ciência, da solidariedade e de tantas outras atividades de interesse público. Representa uma ideia simples, mas fundamental: a de que o financiamento de projetos com impacto social...

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, peço desculpa, mas está muito barulho na Sala.

Srs. Deputados, peço que criem condições para o Sr. Deputado prosseguir a sua intervenção.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente, até porque, como já repararam, a minha voz hoje não está a melhor, mas, com inspiração de Maria da Fé, é «até que a voz me doa» que vou defender esta proposta.

A Sr.^a **Marta Patrícia Silva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Como eu dizia, o mecenato representa uma ideia simples, mas fundamental: a de que o financiamento de projetos com impacto social não deve depender exclusivamente do Estado.

Um bom regime de mecenato deve, por isso, cumprir três princípios essenciais: simplicidade, previsibilidade e neutralidade. Deve incentivar o financiamento privado, individual ou coletivo, sem criar barreiras burocráticas desnecessárias e sem tentar dirigir, através do sistema fiscal, as escolhas da sociedade civil, porque essas devem sempre ser informadas e livres.

A proposta apresentada pelo Governo, que procura rever o regime do mecenato cultural, reforçando os incentivos fiscais e introduzindo mecanismos de transparência, não resolve todos os problemas do sistema, mas segue um caminho que entendemos ser positivo no reforço do enquadramento do mecenato, razão pela qual a Iniciativa Liberal irá votar a favor desta autorização legislativa.

A Iniciativa Liberal apresenta também a sua própria proposta. Não pretendemos redesenhar todo o regime nesta fase, mas o nosso objetivo é pragmático: corrigir algumas distorções concretas do sistema atual e reforçar a previsibilidade do enquadramento fiscal do mecenato.

Assim, propomos clarificar regras que hoje geram incerteza e corrigir situações em que a realidade económica de grupos empresariais não é devidamente considerada no cálculo dos limites aplicáveis aos donativos. São alterações técnicas, mas importantes para tornar o regime mais claro, mais estável e mais funcional.

As propostas apresentadas pelo Chega e pelo Partido Socialista apontam um caminho diferente. Não concordamos com essa abordagem, mas reconhecemos que as propostas trazem contributos válidos para o debate, pelo que não vamos inviabilizá-las, contando com contributos para o debate, mesmo tendo o Governo optado pela via da autorização legislativa.

Permitam-me que dê dois exemplos de pormenores de que discordamos nestas duas propostas.

No caso do Chega, existe uma solução que não podemos acompanhar, que é a parte relativa à dedução fiscal dirigida a instituições religiosas, que, na prática, acaba por favorecer um conjunto muito restrito de confissões ou, mais exatamente, apenas uma.

O regime do mecenato deve respeitar o princípio da neutralidade do Estado em matéria religiosa e ser dirigido a todas as que estão presentes e reconhecidas em Portugal.

Já a proposta do Partido Socialista avança com um modelo particularmente detalhado e intervencionista, chegando ao ponto de prever mecanismos de validação e gestão administrativa que quase fariam o Estado escolher até o logótipo dos mecenas nos materiais de divulgação dos projetos culturais, e não é mesmo função do Estado definir, e logo em lei, manuais de normas gráficas.

Um regime de mecenato deve incentivar a sociedade civil e não transformá-la num processo administrativo permanente.

Diferente é o caso da proposta do Livre, uma proposta não compatível com as restantes, nem mesmo compatível com a realidade. Aqui, o mecenato deixa de ser um incentivo praticamente neutro ao financiamento privado da cultura e passa a ser utilizado como instrumento de engenharia de política pública. Os benefícios fiscais passam a depender da localização dos projetos, de critérios sociais ou do acesso gratuito a atividades culturais, e introduzem mecanismos que penalizam quem mais contribui, reduzindo a neutralidade do regime.

Ou seja, em vez de incentivar a sociedade civil a apoiar livremente projetos culturais, o Livre não quer a sociedade civil; o Livre quer que o Estado passe a tentar orientar essas escolhas através do sistema fiscal. Dirigismo puro e duro!

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Para a Iniciativa Liberal, esta não é a abordagem correta. O Estado deve incentivar o mecenato e não tentar dirigir o financiamento cultural privado através do sistema fiscal.

A Sr.^a **Marta Patrícia Silva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, se queremos mobilizar verdadeiramente a sociedade civil para apoiar a cultura e outras atividades de interesse público, precisamos de um regime fiscal simples, previsível e estável: menos burocracia, mais confiança, mais liberdade para cidadãos e empresas apoiarem os projetos em que acreditam — é este o caminho que a Iniciativa Liberal defende.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Capitão, do PSD.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O mecenato de que hoje falamos é um importante instrumento ao serviço de um bem essencial chamado cultura. Começemos, por isso, por aí.

A cultura cumpre dois desígnios fundamentais: é central para o bem-estar individual e é algo que eleva a autoestima de um povo. Estamos plenamente convencidos de que quem cresce e vive envolto em cultura não vê razões para a intolerância, percebe a estupidez de nos dividirmos por cores, bandeiras, crenças ou orientações íntimas e, tratando como diferente o que não é igual e evitando propaganda, ganha o direito de admirar a estética da sua preferência.

É com esta base de tolerância, alargamento de horizontes e difusão de saber e de memória coletiva que chegamos ao mecenato. Desde Roma que o mecenato nos permite ouvir, ler, fruir autores, artistas e obras sem as quais não seríamos quem desejamos ser. A Fundação Gulbenkian, o MoMA (The Museum of Modern Art), em Nova Iorque, o Scala, em Milão, talvez não tivessem encantado gerações sem apoio privado.

No caso atual, falamos de benefícios fiscais aumentados para as empresas e pessoas singulares que decidam ser parte do nosso futuro coletivo através do apoio à nossa cultura.

Cumpra-se mais uma promessa eleitoral do atual Primeiro-Ministro, o que, revelando um compromisso com a verdade, é, em si mesmo, um ato cultural numa era de desinformação e mentira descaradas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O mecenato permite encontrar novas formas de financiamento, com ganhos de reputação para quem abre os cordões à sua bolsa, diminuir a dependência dos cofres públicos, com evidentes ganhos no que ao pluralismo diz respeito, e colocar quem mais ganhou a devolver parte do seu êxito à sociedade, num gesto de partilha e comunhão.

Existem, no entanto, detalhes que nos parecem ser de salvaguardar: em primeiro lugar, evitar que um propósito nobre seja usado para iludir o fisco — o dinheiro não é do Estado; é de todos nós.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Em segundo lugar, impedir o uso da cultura como sucedâneo da propaganda ou da publicidade — não temos autores, não temos obras, nem temos arte de regime; somos patriotas, mas seguramente não somos patrioteiros.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Em terceiro lugar, garantir o ganho cultural de cada aplicação do regime do mecenato.

Aqui, as vantagens da proposta que nos traz o Governo parecem-nos evidentes: reforço do valor dos benefícios para os mecenas; estabilidade através da atribuição aos beneficiários de um estatuto plurianual; simplificação da obtenção dos apoios; certeza jurídica, diferenciando claramente o mecenato do patrocínio; e, por fim, ampliação do leque de oportunidades, da moda ao artesanato, do *design* ao folclore, passando por videojogos e iniciativas da comunicação social com inequívoco escopo cultural.

É assim que criamos novos públicos, que aumentamos a liberdade de escolha, sempre com o centro na obra e não na mão ou na mente de quem a cria.

Certos da bondade das ideias do Governo, estamos também seguros de que todos somos poucos para ter uma política cultural vibrante. Assim, afirmo a disponibilidade do Grupo Parlamentar do PSD para debater ideias e aprimorar conclusões com quem vier por bem.

Conjugado com a intenção anunciada pelo Governo de fortalecer a ligação entre a cultura e a educação, o mecenato é o segundo braço da tenaz que nos vai permitir esmagar a intolerância, a ignorância e o discurso do ódio.

Aplausos do PSD.

Quem cresce com cultura, repito, é tolerante, defende a liberdade, combate a discriminação, compreende o próximo e vê no que é belo o caminho para a felicidade.

A cultura é de todos, mas não pode ter donos. A cultura não é um gasto, é um investimento. A cultura não é de esquerda nem é de direita, mas também não convive bem com os extremos ou com as extremas. A cultura, muito mais do que o ter, é o caminho para o ser.

É esta uma visão idealista da cultura? Provavelmente, mas estamos determinados em concretizá-la — que não caiba a mais pequena dúvida. Conte connosco, Sr.^a Ministra.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos hoje diferentes iniciativas que visam rever o regime do mecenato cultural.

O princípio é justo: reforçar o apoio à cultura, simplificar procedimentos, criar títulos de identidade cultural e de iniciativa cultural, aumentar majorações fiscais e dar previsibilidade, acima de tudo, ao sistema.

Criar uma plataforma nacional pode ser positivo, harmonizar regras também, mas entendo que não podemos permitir que a cultura fique excessivamente dependente da lógica fiscal e da capacidade contributiva do sistema privado.

A cultura é, acima de tudo, um direito constitucional. Não é um favor, não é uma estratégia de *marketing*; é identidade, é memória coletiva, como já aqui foi dito, é coesão territorial, é desenvolvimento humano.

O Estado deve incentivar o mecenato, sim, mas não pode substituir-se à própria responsabilidade de um financiamento público robusto, estável e descentralizado.

O que está em causa não é apenas um benefício fiscal; é o modelo de política cultural que queremos para o nosso País, e essa escolha vai exigir a todos nós equilíbrio, transparência e, acima de tudo, justiça territorial.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: O PCP, que na sua longa história de 105 anos de existência,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... que passam hoje, já agora,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Devia estar extinto!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... incorpora um valioso património de luta também pelos direitos culturais, não hostiliza o mecenato cultural.

A proposta de alargar o limite dos gastos ou perdas de exercício para efeitos de aplicação de benefícios fiscais decorrentes da lei de mecenato, que passará para 1 % do volume de negócios, não terá a nossa oposição. Com esta alteração legal, abre-se a possibilidade de as entidades beneficiárias obterem mais apoios. Em si mesmo, pode ser positivo, mas é necessário fazer três reparos.

Em primeiro lugar, quanto ao facto de estarmos perante mais uma autorização legislativa, recurso de que o Governo abusa, furtando ao Parlamento a discussão adequada.

Em segundo lugar, o mecenato não pode substituir uma política pública de apoio direto às artes, à defesa do património cultural e às atividades culturais em geral. E, quanto a este aspeto, o nosso País vegeta na indigência. Nada substitui a importância de um serviço público de apoio à cultura, mas isso é algo que não existe entre nós.

As indústrias culturais que exploram atividades culturais com fins comerciais legítimos têm o seu lugar e desempenham um papel que não deve ser negligenciado. Mas a cultura não pode ficar nas mãos da rentabilidade comercial, particularmente num país como o nosso, em que uma reduzida dimensão territorial, populacional e económica convive com uma relevância e uma responsabilidade cultural enorme.

Em terceiro lugar, o mecenato comporta sempre o risco da captura das atividades culturais pelas preferências, pelos gostos e pelos objetivos visados pelos mecenas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso! É o Estado!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — A cultura assenta as suas bases na livre criação, e a liberdade de criação não pode ser condicionada pelo Estado, mas também não deve ficar nas mãos dos financiadores privados, que usem o seu poder económico para projetar a sua influência cultural.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É inconstitucional!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Aumentar o financiamento público da cultura para a defesa e valorização do património cultural do povo português, o apoio às artes e a valorização dos milhares de trabalhadores das artes e do espetáculo, garantindo a universalidade do acesso à fruição e à criação cultural, é um dever indeclinável do Estado, que nenhuma política de mecenato pode substituir.

É esse o objetivo central pelo qual o PCP continuará a bater-se.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje discutimos um passo decisivo para o futuro da cultura em Portugal. O Estado não pode ser o alfa e o ómega do financiamento da cultura nacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por um lado, porque os recursos do Estado não são ilimitados e, por outro lado, porque a mão da cultura estendida para o Estado seca o Estado, mata a cultura e, muitas vezes, regenera na ditadura do gosto. E isso não pode acontecer.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Era só o que faltava, que o Ministério da Cultura se transformasse no ministério do gosto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas isso já aconteceu no passado e aconteceu demasiadas vezes. Do cinema ao teatro, passando pela tauromaquia,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... estamos fartos de maus exemplos, em que, infelizmente, complexos urbano-depressivos, complexos político-ideológicos de determinada esquerda impuseram à cultura, procurando impor gostos a todos os outros.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — A tauromaquia é um gosto!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A nossa visão é a oposta.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O CDS defende o mecenato cultural como fundamental para o futuro da cultura portuguesa e para o futuro e a liberdade da criação artística.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E, por isso, defendemos que uma cultura dinâmica e viva é uma cultura que não é dependente do despacho nem mendicante do Estado. Esta proposta vai no sentido certo, segue os melhores exemplos internacionais e, por isso, sim, é uma proposta que o CDS apoia, que o CDS acompanha e que o CDS espera muito em termos de futuro.

Aplausos do CDS-PP e da Deputada da IL Marta Patrícia Silva.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sr. Deputado Paulo Núncio, cumprimento-o por rever criticamente o tempo em que o CDS tentava proibir a exibição de filmes na Cinemateca —...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é falso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... o meu abraço solidário por essa crítica à ditadura do gosto; que em todo lado se exiba, que os programadores culturais queiram nenhuma ingerência ideológica, também, já agora, na RTP 2 (Rádio Televisão de Portugal).

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Liberdade cultural!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ah, pois, pois!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Ministra, estamos de acordo, o setor da cultura precisa de previsibilidade, precisa de financiamento robusto. A proposta de lei que traz tem aspetos positivos, mas outros merecem-nos reserva, infelizmente, uma vez mais, através de uma autorização legislativa.

Mas não posso deixar de lhe fazer uma pergunta, porque as políticas públicas precisam de ultrapassar os ciclos governativos. É por isso que vimos, com muita apreensão, tal como centenas de agentes culturais do Alentejo, a não recondução da Dr.^a Ana Paula Amendoeira e a sua substituição por um vereador do PSD, Henrique Sim-Sim.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Só tachos!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Como sabe, a Dr.^a Ana Paula Amendoeira tem um grande contributo dado na cultura, sobretudo no Alentejo, papel essencial para que a capital europeia estivesse em Évora.

Sr.^a Ministra, porque é que afastou um nome com tanto currículo para nomear o vereador do PSD?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também foi corrido! O vereador também foi corrido!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, do PSD.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Ministra: Hoje é um dia feliz para a cultura e para a democracia, porque, como o Sr. Deputado Gonçalo Capitão disse há pouco, é o cumprimento de uma promessa eleitoral do Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Esse arauto?! Só falha...!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Deputado Pedro Pinto, já vou ao Chega, calma, tenha calma.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de ir é ao Bloco!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Hoje este tema traz aqui um amplo consenso, uma ampla convergência e isso é importante para aquilo que é a dimensão cultural do nosso País. Há aqui propostas bem-intencionadas que são aqui hoje discutidas,...

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... mas há também aqui algumas propostas que merecem o nosso reparo, como a proposta do Chega, mas é fácil prometer quando não se espera cumprir.

A proposta do Chega é caricata, porque o partido que sistematicamente defende nesta Casa as instituições sociais — e bem —, as instituições de apoio à deficiência — e bem —, as ações humanitárias de bombeiros voluntários — e bem —, é o mesmo partido que hoje apresenta uma proposta de mecenato cultural mais vantajosa do que o mecenato social.

E se todos nós concordamos que devemos investir e apoiar a cultura e que devemos ter uma lei de mecenato cultural ampla, robusta e que apoia, efetivamente, a cultura, acho que ninguém neste País entende que um mecenato cultural passe à frente daquilo que é um mecenato social.

Portanto, o Chega, mais uma vez, tropeça no seu próprio populismo, na sua sede de populismo. E isto acontece, sabem porquê, Sr.^{as} e Srs. Deputados?...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Falta de cultura!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Porque o Chega não é um partido de convicções, o Chega é um partido de excitações.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Excitações? Tem respeito, pá!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O Chega não é frouxo!

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados... Srs. Deputados...

Pausa.

Para um pedido de esclarecimentos...

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Srs. Deputados!

Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado, mais uma vez, dedicou o seu tempo para tentar atingir o Chega.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Claro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Reparem bem o que é o PSD: em vez de atingir o Bloco de Esquerda, quando falou mal de um vereador do PSD da Câmara Municipal de Évora, o que é que o senhor decidiu fazer? Em vez de atacar a esquerda, atacou o Chega.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Exatamente! Exatamente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É perfeitamente normal. Vocês venderam-se à esquerda, nós não. Nós somos a verdadeira e única direita em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, a pergunta, que não foi pergunta, do Sr. Deputado Pedro Pinto, confirma aquilo que eu disse há pouco, resultou da parte da excitação, porque o Sr. Deputado excitou-se com a minha intervenção.

Risos do PSD e de Deputados do PS e do L.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh! Mas o que é isto?!...

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Mas, o que eu queria aqui reiterar é que a cultura não é de esquerda nem de direita...

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Referências sexuais à parte!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Excitou-se?! Isso é linguagem para aqui, pá?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, ... Srs. Deputados!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem vergonha! Onde é que pensas que estás?...

Protestos do CH e contraprotestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, ... Srs. Deputados!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não tens respeito! És malcriado!

Continuação de protestos do CH e contraprotestos de Deputados do PSD.

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, faça favor de terminar a sua resposta.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, para que fique claro, estava a falar em excitação política, nada mais.

Vozes do CH: — Ah!...

Risos do PSD e de Deputados do PS e do L.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Mas, para concluir, o Sr. Deputado Pedro Pinto acusou o PSD de atacar o Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foste atacado agora!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — A intervenção do Sr. Deputado Rui Afonso, há pouco, ali de cima, da tribuna, foi uma intervenção de ataque ao Governo, quando o que este tema merece, o que o mecenato cultural merece, o que a cultura merece, em Portugal, é que exista um amplo consenso.

Protestos do CH.

Portanto, se o Sr. Deputado Pedro Pinto acha que o PSD atacou o Chega, o que o Chega fez há pouco, ali em cima, foi atacar o Governo só porque sim, quando o que nós queremos, efetivamente, é ter uma política cultural em Portugal forte e robusta.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Não é ataque ao Governo, é reparo ao Governo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala para a esquerda! Tens medo?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Bom, Srs. Deputados, passemos à frente. Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

Pedia aos Srs. Deputados que criassem condições para a Sr.^a Deputada poder falar.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, compreendemos que os ânimos tenham ficado um pouco exaltados, porque, afinal, esta lei, apesar de vir aqui com alguns pés de lã, tem algumas coisas escondidas e o PAN não pode deixar de apontar isso mesmo e é por isso que não acompanhamos esta autorização legislativa.

Aliás, o Sr. Deputado Paulo Nuncio fez o favor de levantar o véu naquilo que diz respeito...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — À cultura e à ditadura do gosto!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... a uma das dimensões que é a tortura animal, as touradas,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Touradas eu gosto!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Olé!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... que, no entender do PAN, são tudo menos cultura. Nós compreendemos que o CDS não tenha ainda percebido que há gostos que se discutem e é de um extremo mau gosto torturar um animal, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é tortura!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Olé!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Vou usar aqui uma expressão sua. O Sr. Deputado disse que «a mão estendida para o Estado seca o Estado» e eu recordo que as touradas, em Portugal, todos os anos sacam do Estado mais de 18 milhões de euros, sacam dos dinheiros públicos...

Vozes do L: — Bem lembrado!

Aplausos do L e do BE.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é falso! É da sua cabeça!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e não vemos a indignação nem, usando a expressão do Sr. Deputado do PSD, a excitação do Chega a opor-se quando, e até uso uma expressão vossa, «andam a mamar dinheiros públicos» do Estado para as touradas.

Vozes do CH: — Eh!

Protestos do CH.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não vemos a indignação do Chega aí, na vossa bancada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mamar?! Tu é que pareces excitada com o debate!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PAN vai...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Não há mais ninguém inscrito. Passamos ao encerramento.

Tem a palavra a Sr.^a Ministra, para encerrar este debate.

A Sr.^a **Ministra da Cultura, Juventude e Desporto**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Agradeço, obviamente, todos os comentários e contributos para a revisão do regime de mecenato.

Fico, de alguma forma, descansada quando a crítica do debate é porque é uma autorização legislativa e não propriamente a proposta do Governo. Já tive a oportunidade, em resposta ao PS, de sinalizar a abertura do Governo para, em sede de especialidade, conseguimos ter um melhor regime de mecenato do que aquele que está atualmente em vigor. Significa isto que estão criadas todas as condições para que, com muita brevidade, possamos ter o melhor regime de mecenato para o setor da cultura e, dessa forma, para o País.

Há, contudo, uma preocupação que tenho, e que não queria deixar de partilhar, que tem a ver com a circunstância de haver algumas propostas que procuram autonomizar o regime de mecenato cultural do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Chamo a atenção para este ponto, porque é particularmente relevante. Além de criar desigualdades absolutamente inaceitáveis com outros tipos de mecenato — um desses exemplos é o mecenato social criando, por exemplo, uma situação de subalternização de mecenato social em relação ao mecenato cultural — cria um conjunto de entropias no sistema, uma vez que cria novos conceitos de donativos e de contrapartidas que, objetivamente, aquilo que vão fazer é obstar a uma aplicação mais célebre e mais eficaz do regime de mecenato.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Cultura, Juventude e Desporto**: — Chamo a atenção para isto porque é perfeitamente possível termos uma melhor lei, um melhor regime de mecenato sem colocar em causa a harmonia do próprio sistema fiscal.

Portanto, em primeiro lugar, a proposta que o Governo apresenta cria e melhora os incentivos fiscais para que mais empresas possam contribuir para a cultura em Portugal. Em segundo lugar, confere mais estabilidade para as entidades da cultura em Portugal. Em terceiro lugar, cria, inova com o título de iniciativa cultural e alarga aquelas que são as atividades passivas de receberem mecenato cultural, simplifica procedimentos e garante a transparência.

Srs. Deputados, creio que estão criadas as condições para que brevemente possamos ter o melhor regime de mecenato que sirva melhor a cultura e, dessa forma, sirva melhor o País.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos ao ponto 5 dos nossos trabalhos de hoje, que consiste na discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 58/XVII/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro.

Antes de dar a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, para fazer a apresentação desta proposta, lembraria, pela última vez, que estão quase a encerrar as votações para a eleição do Sr. Secretário da Mesa.

Sr. Ministro, faça favor de tomar a palavra, para fazer a apresentação.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Proposta de Lei n.º 58/XVII/1.^a (GOV), que hoje discutimos, visa conceder ao Governo autorização legislativa para proceder à quinta alteração ao Código das Expropriações, no sentido de atribuir aos municípios, designadamente às assembleias municipais, a competência para declarar a utilidade pública das expropriações de bens imóveis e direitos a estes inerentes que sejam da iniciativa da administração local autárquica. Estamos perante uma medida simples na sua formulação, mas estrutural no seu significado político e institucional.

O Programa do XV Governo Constitucional assume, de forma clara, o aprofundamento da descentralização e o reforço da coesão territorial, não como mero *slogan*, mas sim como clara opção de governação, pois entendemos a descentralização como um meio idóneo de confiar o poder de decisão a quem está mais capacitado para conhecer os efeitos concretos das decisões administrativas, que serão precipitados sobre a realidade local e as respetivas populações.

Hoje, quando um município pretende promover uma expropriação, no âmbito das suas competências próprias, a Declaração de Utilidade Pública não é, regra geral, tomada pelo seu órgão deliberativo, pois as assembleias municipais só têm competência para declarar a utilidade pública para efeitos de concretização de plano de urbanização ou plano de pormenor eficaz, bem como em certos regimes especiais, como o Plano de Estabilização Económica e Social e o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).

A descentralização que agora defendemos é a transferência do poder de decisão, que cabe agora ao Governo, para o âmbito do município, acompanhada da responsabilidade política perante os cidadãos, alargando essa competência a todas as expropriações de iniciativa municipal.

Sejamos claros, não se cria um regime verdadeiramente novo, não se fragilizam garantias nem as lógicas de fiscalização, não se altera o núcleo essencial do direito da propriedade.

Aquilo que estamos a alterar prende-se com a descentralização da sede de decisão governamental para os municípios, quando a iniciativa expropriativa é municipal.

Fazemo-lo reforçando três dimensões fundamentais.

Primeiro, a legitimidade democrática. As autarquias locais são as entidades que, entre nós, melhor representam os territórios e os interesses públicos locais das populações. Recordando a lição de um dos nossos mais iminentes cultores do direito local, o Prof. António Cândido de Oliveira, as assembleias municipais, apesar de constituírem um espaço onde melhor se expressa a pluralidade política de cada território, não têm tido, no elenco das suas competências, uma expressão que corresponda à sua relevância democrática. Esta proposta constitui também um passo para superar esse estado de coisas.

A segunda dimensão é a da responsabilidade política. Quem decide deve responder. Ao atribuir este poder de dever funcional às assembleias municipais, estamos a significar que as decisões com impacto direto na propriedade e na vida das pessoas devem ser assumidas pelo órgão deliberativo e mais dotado de vocação de representatividade política.

Em terceiro lugar, reforça-se a eficiência administrativa. A proximidade gera conhecimento, e o conhecimento origina melhores decisões. Quando a decisão é tomada ao nível do território, há maior compreensão das necessidades concretas locais, melhor capacidade de articulação com os instrumentos de planeamento local e maior celeridade de execução.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a transferência do poder de decisão no sentido descentralizador fortalece o Estado na sua dimensão territorial. O que está em causa é uma opção política consistente, aprofundar a autonomia local, reforçar o poder deliberativo dos eleitos municipais e qualificar a política de coesão territorial.

Nesse sentido, o Governo solicita a esta Assembleia a aprovação desta autorização legislativa, permitindo dar um passo mais coerente na construção de um Estado mais próximo, mais ágil e mais alinhado com as realidades de cada território.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem, Sr. Ministro, dois pedidos de esclarecimento. Como é que quer responder?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigado, Sr. Ministro. Então, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo apresenta-nos hoje uma proposta que visa alargar as competências das assembleias municipais nas expropriações de iniciativa das administrações autárquicas.

Atualmente, como sabemos, a competência das assembleias municipais, no que diz respeito à autoridade pública de expropriações, está restringida aos planos de urbanização e aos planos do pormenor. E esta proposta, que, é importante que se diga, cumpre o objetivo assumido pelo Governo da AD (Aliança Democrática) de aprofundar a descentralização, vem permitir, no fundo, às assembleias municipais deliberar sobre todas as declarações de utilidade pública para expropriações, quando a iniciativa está exatamente do lado das administrações autárquicas.

Sr. Ministro, o CDS, como partido municipalista, defende e está do lado do aprofundamento da descentralização e do reforço das competências das autarquias, porque entendemos que são as autarquias quem melhor conhece o território e quem melhor conhece as necessidades das suas populações.

No entanto, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação relativamente a potenciais abusos na utilização e na aplicação deste instrumento, designadamente quando estamos a falar de expropriações.

Como temos dito variadíssimas vezes nesta Câmara, o direito à propriedade privada é um direito basilar do nosso ordenamento jurídico-constitucional e uma garantia essencial da liberdade individual de todos os cidadãos, pelo que qualquer compressão deste direito tem de respeitar estritamente o princípio da legalidade, o princípio da necessidade e o princípio da proporcionalidade.

Por isso, Sr. Ministro, deixo-lhe a seguinte pergunta: que mecanismos concretos tem o Governo para assegurar que este alargamento das competências das assembleias municipais não se vai traduzir em abusos por parte desses mesmos órgãos autárquicos, no que diz respeito às expropriações, prevenindo situações de corrupção e garantindo o cumprimento da lei?

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um segundo pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Tavares, do Chega.

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Membros do Governo, discutimos hoje a Proposta de Lei n.º 58/XVII/1.^a, através da qual o Governo pretende alterar o Código das Expropriações.

À primeira vista, o Governo apresenta esta medida como um reforço da descentralização administrativa, mas, quando olhamos e analisamos esta proposta com atenção, percebemos que levanta questões muito sérias.

A expropriação por utilidade pública é uma das formas mais gravosas de intervenção do poder público sobre os direitos dos cidadãos. Estamos a falar da possibilidade de o Estado retirar a propriedade privada a um cidadão, ainda que mediante uma indemnização.

É precisamente por isso que o regime de expropriações exige garantias jurídicas fortes e mecanismos de controlo rigorosos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — Entendemos que a proposta do Governo de alteração da lei rasga o atual sistema mais centralizado e pode fragilizá-lo ainda mais.

O Chega entende que o sistema de expropriações deve ser melhorado e acelerado, quando estas são bem justificadas e justas, mas esta alteração é de uma responsabilidade tremenda e exige da nossa parte um especial cuidado.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — Ora, o que esta proposta faz é simples: aumenta o poder de decisão sobre as expropriações, mas não reforça em nada as garantias dos proprietários. Não há mais transparência, não há mais fiscalização, não há novos mecanismos de proteção para os cidadãos. Há apenas uma transferência do poder do Estado central para as assembleias municipais e isto levanta um problema evidente.

Num contexto de forte pressão urbanística, de grandes investimentos públicos e de projetos com elevado valor económico, entregar a decisão sobre a utilidade pública de uma expropriação a órgãos políticos locais pode aumentar o risco de pressões urbanísticas e decisões politizadas.

A descentralização pode ser positiva, mas sem reforçar garantias e sem criar mecanismos de controlo, não resolve problemas, pode até aumentá-los. E quando está em causa o direito de propriedade, nós, enquanto legisladores, devemos agir com particular prudência.

Como tal, Sr. Ministro, se o Governo entende que esta alteração aumenta o poder de expropriar ao nível local, por que razão não introduziu simultaneamente qualquer reforço das garantias jurídicas dos proprietários afetados por estes processos?

E, acompanhando também o Sr. Deputado Paulo Núncio, que mecanismos prevê o Governo para evitar que decisões de utilidade pública para expropriações possam ficar sujeitas a pressões urbanísticas ou interesses económicos ao nível municipal?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Aplausos do CH.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares. Tem até 2 minutos e 9 segundos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Governo, no seu Programa, na sua ação política, tem um compromisso absolutamente inafastável com o adensamento, o aprofundamento da autonomia local. Nós confiamos nas autarquias locais.

O melhor liberal, na minha modestíssima opinião, que alguma vez escreveu páginas sobre a doutrina liberal, e que curiosamente nunca escreveu uma única página sobre economia, que é Alexis de Tocqueville, disse que o bom governo tem de ser o bom governo nacional completamente articulado com o governo local. Um não vive sem o outro.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — A liberdade local e a liberdade nacional são uma só, são mais do que irmãos siameses, são uma identidade única, na lógica do nosso Estado de direito, e é exatamente isso que nós estamos a fazer, com esta medida de descentralização.

Isso abre a porta a abusos do poder local? Não abre porta nenhuma.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Abre, abre!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — É preciso conhecer o funcionamento das assembleias municipais. Eu já fui Deputado municipal, e com muito orgulho. É preciso conhecer, para saber que a pluralidade política está lá representada, como em nenhum outro órgão.

O conhecimento aproximado, o conhecimento real do objeto da expropriação a nível municipal está lá perfeitamente plasmado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E os tachos?

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Por isso, nós não retiramos qualquer controlo jurisdicional, nós não retiramos qualquer lógica de responsabilidade financeira, qualquer lógica de responsabilidade disciplinar, qualquer lógica de responsabilidade criminal, se eventualmente esta vier a existir. Portanto, todos esses mecanismos se mantêm.

Então, o que é que nós retiramos? Retiramos burocracia.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Retiramos a participação do Governo em atos onde este não deve estar. É isto a descentralização,...

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... a transmissão do poder de decisão para as entidades locais, que é quem está mais bem apetrechado para as consubstanciar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos entrar na fase das intervenções. A primeira será do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Mourisco.

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nesta tribuna, vou reiterar um compromisso que está no ADN do Partido Socialista, inabalável no poder local como o motor mais vibrante da nossa democracia e do desenvolvimento do nosso País.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A proposta de lei que hoje discutimos e que visa conferir às assembleias municipais a competência para a declaração da utilidade pública em processo de expropriação de iniciativa autárquica não é um ato isolado. É o corolário lógico...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — ... de um caminho de maturidade democrática que o Partido Socialista, enquanto esteve à frente do destino da nação, trilhou com coragem e visão estratégica.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — É imperativo recordar que foi sob governação do Partido Socialista que Portugal viveu a maior e mais profunda reforma de descentralização das últimas décadas.

Em 2018, o Governo do PS fez cumprir o desígnio da Constituição da República Portuguesa da descentralização administrativa, com a lei-quadro de transferência de competências para os municípios e dos municípios para as freguesias. Tanto assim é que, ainda recentemente, num cenário de possível revisão da lei eleitoral autárquica, assumiu o compromisso de reforçar o papel das assembleias municipais.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O PS não se limitou a falar de proximidade, o PS praticou-a. Transferimos competências fundamentais na educação, na saúde, na ação social, entre outras áreas. E quais foram os resultados? Mais eficácia, mais rapidez, mais eficiência.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Temos os exemplos das escolas recuperadas com maior rapidez, dos centros de saúde geridos com agilidade, do evitar o desperdício da burocracia centralizada e distante. Estamos do lado de alargar e aprofundar esse sucesso.

Se já confiámos aos municípios a gestão da vida quotidiana dos cidadãos, não queremos manter o travão de mão puxado em Lisboa no que toca a decisões locais.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quem conhece melhor o território, um gabinete em Lisboa ou os eleitos de uma assembleia municipal, que conhecem o seu concelho?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — A resposta é óbvia. Os autarcas estão na primeira linha, sabem as necessidades, as dificuldades e as oportunidades de desenvolvimento que tantas e tantas vezes escapam ao radar do poder central.

Endossar às assembleias municipais este poder de decisão tem três ganhos fundamentais. O primeiro é a agilidade: acabar com o vai e vem de processos entre municípios e ministérios, que apenas servem para atrasar. O segundo é a eficácia: a decisão sobre o interesse público de uma expropriação local deve ser tomada por quem vai gerir o impacto dessa decisão. O terceiro é a transparência e o escrutínio: traz a debate para escrutínio público onde oposições, as juntas de freguesia e os cidadãos podem fiscalizar e podem participar nessa decisão.

Aplausos do PS.

O sentido do voto do PS é, pois, a favor.

No entanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não podemos deixar de sublinhar a forma como o Governo tem conduzido este processo legislativo.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Depois de ter solicitado à Assembleia da República uma autorização legislativa para intervir nesta matéria, o Governo opta agora por apresentar uma proposta de lei e agendar o respetivo debate sem que exista uma nota técnica ou relatório emitido e sem que tenham sido ouvidas as entidades fundamentais:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é o ADN do PS?

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — ... a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Nacional de Freguesias e a Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Numa matéria que incide sobre o funcionamento e as competências do poder local, seria expectável um processo legislativo mais cuidado, transparente e participado, com audição prévia das entidades representativas das autarquias.

Aplausos do PS.

Este passo deve ser também um contributo para um debate maior sobre a regionalização. No Partido Socialista, não temos medo de discutir a organização do território. Sabemos que a descentralização para os municípios é prova viva de que Portugal ganha quando o poder é partilhado e quando a decisão está próxima das pessoas.

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — Oito anos e nada!

O Sr. **Armando Mourisco** (PSD): — O Estado central não deve ser o tutor paternalista, mas sim um parceiro estratégico dos territórios autónomos e capacitados.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Eh! O PS a dizer isto?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Força, Mourisco!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, continuamos a honrar a história do PS na defesa do poder local. Estamos a dizer que confiamos nos nossos eleitos locais e que queremos um País onde a decisão não seja um privilégio da capital, mas um direito de cada território.

O Partido Socialista defenderá sempre maior coesão, menor burocracia e um Portugal que decida com rapidez, como exigem os tempos modernos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a próxima intervenção, de até 1 minuto, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O autarca de Montalegre já subiu de divisão?

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O que hoje discutimos não é apenas uma alteração ao Código das Expropriações, é uma questão de confiança no poder local.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Estamos a falar de expropriações, estamos a falar de direitos de propriedade, estamos a falar de decisões que mexem diretamente com a vida das pessoas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Voltámos ao PREC (Processo Revolucionário em Curso)!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Por isso, descentralizar esta tarefa para as autarquias não é apenas transferir encargos: é transferir decisão, é transferir confiança, é reforçar a democracia de proximidade e é, acima de tudo, saber que quem está mais perto decide melhor.

Contudo, descentralizar vai também exigir responsabilidade, transparência, fiscalização e escrutínio e é isso que esta proposta deve garantir acima de tudo.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Pois! Exato!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Fortalecer o poder local não é um *slogan*, é uma condição essencial para uma verdadeira coesão territorial, para um País mais equilibrado e, acima de tudo, para estabelecer plena confiança no poder local democrático.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Santiago.

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: Permita-me, Sr. Ministro, que o saúde, a si e ao Governo, pela proposta de lei que nos traz hoje aqui ao Parlamento.

Esta quinta alteração ao Código das Expropriações que permite e passa às autarquias a declaração de utilidade pública e expropriação dos bens imóveis, bem como a constituição de servidões administrativas, é um passo determinante e fundamental para o sucesso destes territórios.

Quero dizer-lhe, Sr. Ministro, que a descentralização começa finalmente a chegar às autarquias.

Protestos da Deputada da IL Angélique Da Teresa.

De certeza que é preciso ter a noção do impacto que a alteração de um simples artigo vai ter naquilo que é o desenvolvimento, a capacidade de atração e, acima de tudo, na promoção dos territórios.

Fui autarca, Sr. Ministro, durante 23 anos, conheci muito bem esta dificuldade e, como eu, há muitos ex-autarcas dentro desta Câmara que conhecem, obviamente, a realidade. E sei a quantidade e as dezenas de processos que não andavam porque estavam diretamente dependentes do poder central, o mesmo poder central que exigia execução financeira dos fundos, execução física, mas que, ao mesmo tempo, era um entrave às autarquias...

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — ... e, desta forma, comprometia o desenvolvimento dos territórios.

Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, com esta nova alteração, os novos autarcas que iniciam este novo ciclo autárquico esfregam os olhos de esperança no futuro dos seus territórios.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Esperança?! Essa é boa!

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — Permitam-me, Sr. Ministro, Sr. Presidente, que vos fale sobre o período negro do processo de descentralização que foram os oito anos de governação do Partido Socialista.

Protestos de Deputados do PSD.

Deixe que lhe diga que a famigerada descentralização, tantas vezes evidenciada, foi transformada em delegação de competências. Os autarcas, de que nível fossem, eram tratados como meros tarefeiros do Estado ou então prestadores de serviços do Sr. Primeiro-Ministro de então, o Dr. António Costa.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bela tarefa!

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — Sr. Ministro, mais autonomia local significa melhor democracia.

Decidindo perto das pessoas consegue-se construir um futuro melhor. O poder local é o nível de governação que melhor conhece as pessoas, as suas necessidades e os desafios do território.

Sr. Ministro, esta confiança no poder local vem fortalecer o País, vem valorizar a autonomia local e confiar nas comunidades e nas suas capacidades de construir soluções.

Mais proximidade, mais responsabilidade, melhores decisões — quanto mais próximas estão as decisões das pessoas, mais justas, mais eficazes e responsáveis elas se tornam. Esta medida vai tornar os territórios mais fortes e vai tornar o País mais coeso.

O fortalecimento do poder local é um caminho para um País mais equilibrado e mais coeso. Esta capacidade de atrair mais investimento, de continuar a transformar os municípios — e eu digo, Sr. Ministro —, municípios de baixa densidade com alta intensidade em municípios mais prósperos de futuro.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — Por isso, Sr. Ministro, quero saudar o Sr. Ministro e o Governo pela ousadia desta alteração e dizer-lhe que os nossos autarcas esfregam os olhos de esperança e acreditam que podem continuar a pertencer ao futuro de Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Eh! Esfregam os olhos de esperança?! Que raio de metáfora! Esfregam as mãos, não é os olhos, pá!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal e tem a palavra a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há cada vez mais vozes que se juntam à Iniciativa Liberal para dizer que Portugal precisa de reformas.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — A IL está cá há décadas!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — O poder local não precisa que se voltem a multiplicar freguesias, precisa de ser reformado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Isso é claro quando os nossos autarcas desesperam pelas verbas prometidas para as obras nas escolas, é claro quando os maiores municípios recusam a descentralização na saúde e é claro quando desconfiam da transferência dos devolutos do Estado central.

Falo do poder local, porque esta proposta do Governo é um bar aberto às expropriações, sem que haja uma reforma estrutural de órgãos tão importantes como as câmaras e as assembleias municipais.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Os Deputados municipais — e o Sr. Ministro aqui disse que tinha sido Deputado municipal — são confrontados com muitas urgências que os levam a tomar decisões, muitas vezes em menos de 72 horas.

A maior parte dos Deputados municipais não tem qualquer apoio técnico, apesar de serem responsabilizados civil, criminal e financeiramente pelos atos praticados no exercício das suas funções.

Ao aprovar esta proposta, o que estamos a dizer é que os nossos autarcas passam a expropriar fora dos planos de pormenor...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — ... ou planos de urbanização, em municípios que, inclusive, podem ter os seus PDM (planos diretores municipais) desatualizados.

Precisamos ter uma transferência de competências, mas não uma distribuição de irresponsabilidades.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — A transferência de competências deve ser reforçada, mas depois de uma reforma estrutural do poder local.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O melhor é acabar com ele!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Caso contrário, o que estamos a fazer é a sobrecarregar os nossos autarcas sem lhes dar as ferramentas necessárias. Isto não é autonomia, Sr. Ministro, são presentes envenenados.

Quanto à reforma propriamente dita, a Iniciativa Liberal vai fazer o que lhe compete, o que está no seu sangue e, nas próximas semanas, vamos propor uma reforma efetiva do poder local, para que fique verdadeiramente capacitado e para que possa aceitar verdadeiramente uma autonomia concreta.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que dispõe de até 3 minutos. Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A proposta de lei que somos chamados a discutir possui um mérito que não enjeitamos,...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ah, pois claro! Olha, olha! Expropriações é com o PCP! Foi sempre, toda a vida!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... mas não afasta dois problemas políticos de monta.

O primeiro é o hábito — que, pelos vistos, o Governo, pretende continuar a impor ao Parlamento — de legislar através de autorizações, furtando-se ao processo normal de apresentação de propostas e desviando o debate do curso natural que as iniciativas do Executivo deveriam seguir.

O segundo é o afastamento inaceitável do propósito que deveria presidir a esta iniciativa.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Pois!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — O resultado concreto da iniciativa legislativa há de ser, se assim for decidido, uma alteração significativa quanto à sede competente para declarar a utilidade pública de certas expropriações.

Contudo, o Governo apresenta-a essencialmente, mais como elemento de valoração do programa dito de descentralização de competências — assente, aliás, entre o PSD e o PS — e menos com medida de reforço da autonomia do poder local, dimensão que o PCP valoriza muito.

Esta atitude é inseparável do objetivo do Governo, que ficou muito claro há exatamente uma semana nesta Sala, no debate setorial com o Ministro da Reforma do Estado, confrontado precisamente pelo PCP.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Já se estão a zangar? Assim não sei...!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Com as sucessivas medidas da chamada desconcentração de competências para as CCDR (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional) e a descentralização de competências para as autarquias locais, o Governo pretende obstar de facto à regionalização, com a instituição das regiões administrativas como a Constituição da República impõe.

O PCP acompanha o propósito de reforçar as competências das autarquias locais, especialmente o respetivo órgão deliberativo — a assembleia municipal —, sobretudo na tomada de decisões na declaração de utilidade pública com vista à expropriação de parcelas importantes para a gestão do território.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Entre outros exemplos, poderíamos referir a necessidade de expropriações visando a realocação de construções que importa retirar de leitos de cheia, ou as destinadas à criação de bacias de retenção como formas de prevenção e mitigação do risco de inundações e de cheias, que, infelizmente, estão na ordem do dia nestes últimos tempos.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Mas isso é diferente! Não pode ser uma câmara municipal a fazer!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Mas não se entenda, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, que ao não obstaculizar esta iniciativa, o PCP esteja a caucionar o esvaziamento que o Governo, a direita e o consenso com o PS pretendem fazer do preceito constitucional que nos obriga a realizar a Constituição.

Depois não digam que não foram avisados.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Falta o Pingo Doce! Não falaste do Pingo Doce ainda!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Livre. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Esta autorização legislativa propõe uma alteração relevante — reforça a autonomia das assembleias municipais nas decisões relativas a expropriações de iniciativa local, autárquica.

É um passo no sentido certo, da descentralização. Uma decisão que afeta um território concreto, que é relevante para a vida de uma autarquia, deve ser assumida localmente.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Não faz sentido ficar um processo a depender da assinatura de um ministro que não conhece a realidade desse território. Na prática, a intervenção ministerial também não pode ser só um carimbo para validar, de forma burocrática e centralista.

Neste objetivo de descentralização, nós estamos totalmente alinhados.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Mas — e há sempre um mas! — estamos a discutir novamente uma autorização legislativa. E é isso que nos continua a preocupar. O Governo continua a recorrer sistematicamente a este instrumento, afasta qualquer tipo de debate na especialidade, e priva o Parlamento de poder discutir estes temas em profundidade.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Não basta, como o Sr. Ministro aqui fez há pouco, dizer que este é um instrumento constitucional. É verdade; mas também outros são, também a dissolução do Parlamento é, também a moção de censura é!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E...?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Ministro, também sabe que se exagerarmos e abusarmos dos instrumentos constitucionais, estamos a deturpar o seu objetivo e a razão pela qual existem.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Mau! És a favor ou és contra?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Nós sabemos que este é um tema sensível para a direita — discutir expropriações, discutir a propriedade privada —, mas isso não é motivo para nos furtarmos ao debate.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — É, é!

Protestos do Deputado da IL Rui Rocha.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — O Governo agendou esta iniciativa sem sequer ter decorrido a consulta pública, sem auscultar as entidades que lidam com estes processos. Tem pressa em aprovar estas medidas e em exibir celeridade, mas a pressa nunca é boa conselheira quando se trata de legislar bem.

Também vemos nesta proposta alguns riscos que não podemos ignorar: o risco de decisões desiguais entre municípios; o risco de se recorrer em excesso a este instrumento, sem salvaguardas ou limites claros. Por isso, também defendemos que os critérios para a declaração de utilidade pública sejam clarificados e objetivos.

A decisão da assembleia municipal deve ser sustentada por uma avaliação técnica independente que comprove o impacto da medida a nível urbanístico e as reais mais-valias para o bem público. E os riscos inerentes a estes processos de expropriações também devem ser controlados e devem estar refletidos nos planos de prevenção dos riscos de corrupção e infrações conexas para as autarquias.

Descentralizar é fundamental, mas, com maior descentralização também vem mais responsabilidade; com mais competências também deve vir mais responsabilidade.

Por isso, para fazermos este debate da descentralização — e, claramente, todos os partidos querem fazê-lo —, não basta fazê-lo cantando loas à descentralização. Precisamos, sim, de discutir um reforço do nosso poder local; precisamos, sim, de discutir o dar mais competências, dar mais capacitação aos nossos autarcas, como aqui também já foi dito; e sim, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, precisamos de discutir aquela que é a verdadeira reforma de Estado, a verdadeira descentralização, que é a regionalização e que continua a não sair do papel. E essa, sim, era fundamental para nós valorizarmos os territórios.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Chega. Até 2 minutos e 48 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Taxa.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Curioso tema este, no dia em que o Partido Comunista anunciou celebrar 105 anos. Deve ser assim uma espécie de recordação do PREC falar em expropriações,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Expropriações selvagens!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — ... em ocupações, em roubos —...

Protestos do PCP.

... não digam que é mentira porque eu sei bem do que estou a falar, e os senhores ainda sabem melhor! — e, portanto, é um debate interessante.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade! É verdade!

Protestos do PCP e da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — De facto, discutimos hoje uma proposta em que o Governo pretende alterar o Código das Expropriações...

Protestos do PCP.

Tenha calma que já leva mais!

Dizia eu que o Governo pretende alterar o Código das Expropriações transferindo para as assembleias municipais a competência para declarar a utilidade pública das mesmas.

O Governo apresenta esta proposta, como aqui já foi dito, como um avanço na descentralização administrativa para reforçar a autonomia das comunidades locais. Contudo, ao analisarmos esta proposta com a devida atenção, percebemos que se levantam questões sérias do ponto de vista jurídico, institucional e democrático.

Desde logo, coisa que ao Partido Comunista também custa imenso. Aliás, o Partido Comunista podia ser o «partido contra a propriedade»,...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... porque a expropriação é uma das formas mais gravosas de intervenção do Estado sobre os direitos dos cidadãos...

Protestos do PCP.

... — já leva mais! —, porque lhes retira a sua propriedade privada, ainda que mediante indemnização, que, não tão raro quanto isso, não espelha sequer o verdadeiro valor dos bens expropriados.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Já aí vou, tenham calma, tomem uma *Rennie*!

Risos do CH.

A Constituição da República Portuguesa permite a expropriação, mas em casos verdadeiramente excepcionais. E aquilo que vai certamente acontecer com esta proposta é abriremos portas, naturalmente, a abusos no que toca à política autárquica, sobretudo porque sabemos que é nas autarquias que se manifestam

muitas vezes os mais violentos interesses económicos, financeiros, empresariais, e onde também, de alguma forma, acabam fomentados os fenómenos de corrupção.

Protestos do PS.

Creio, aliás, se não ouvi mal, que o Sr. Ministro citou aqui Tocqueville para ilustrar o quão positiva é esta medida.

Ó Sr. Ministro, devo alertá-lo que Tocqueville também tinha algumas citações perigosas, nomeadamente uma que dizia que os partidos políticos eram o mal de um país para o avanço de um país. E, portanto, eu não sei se será a melhor citação.

Mas eu, como gosto menos de grandes autores e mais da soberania popular, e porque estamos a falar de expropriações — o que significa roubar aquilo que alguém legitimamente tem, porque trabalhou para ter ou porque herdou e, por isso, o tem —, Sr. Ministro, deixe-me citar a soberania popular em vez de grandes autores. Como se costuma dizer no Alentejo e no Ribatejo, terra muito roubada pelo Partido Comunista, «quem quer a bolota, trepa» ao chaparro.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é da Sr.^a Deputada Inês Sousa Real, do PAN. Tem até 1 minuto para o efeito.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Srs. Membros do Governo: Em relação a esta proposta, o PAN acompanha a necessidade de descentralização.

Compreendemos que não se focando na alteração à Lei das Expropriações, mas sim, apenas, na inclusão e participação dos municípios, não estamos aqui a pôr em causa direitos e garantias dos particulares, mas há aqui um aspeto e uma dimensão que temos de ressaltar — e que já foi de alguma forma aqui abordada —, que se prende com a necessidade de garantirmos mais meios aos autarcas para poderem participar nos trabalhos da assembleia municipal.

Esse é um debate que sucessivamente tem vindo a ser adiado neste Parlamento, quer através de propostas do próprio Governo quer através — e aqui, faço *mea culpa* — de todo este Parlamento, pois não temos alterado os apoios aos eleitos municipais.

Sabemos que haverá sempre um chão fértil para o populismo, que poderá vir dizer que estamos a querer dar mais meios para quem exerce as suas funções, mas o PAN não alinha nessa retórica e achamos que não é digno continuarmos a ter assembleias municipais em que os eleitos não têm qualquer tipo de assessorias ou mecanismos que permitam, de forma mais robustecida, exercer o seu trabalho.

No que diz respeito a esta proposta, não iremos obstaculizar, mas, precisamente, deixamos aqui este alerta, porque achamos que há uma outra dimensão que também tem de ser alterada.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Olga Freire.

A Sr.^a **Olga Freire** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro e Sr. Secretário de Estado: Antes de mais, gostaria de lembrar a esta Câmara que esta alteração legislativa é, há muito tempo, uma reivindicação das autarquias locais. E diria também que a exposição de motivos que está nesta alteração legislativa é tão simples de entender que me permiti beber de lá as ideias gerais, de forma que não deturpemos aquilo que está aqui a acontecer.

Na prática, aquilo que está a acontecer, como o Sr. Ministro disse — e muito bem! —, é única e exclusivamente alterar o poder de decisão do Estado central para as assembleias municipais.

Portanto, a alteração legislativa que estamos a apreciar aprofunda a descentralização e promove uma política de coesão que qualifique cada território e assegure a sua integração nas dinâmicas de economia e de sociedade. Simultaneamente, aperfeiçoa o sistema de transferência de competências específicas, dando voz

àqueles que estão mais bem habilitados a identificar, compreender e decidir sobre as especificidades de cada território.

Esta proposta de lei é coerente com o compromisso do Governo de descentralização de competências, permitindo que as políticas públicas estejam mais alinhadas com as realidades locais, promovendo decisões mais adequadas às características de cada território, bem como ao reforço do poder local.

Ao atribuir a competência às assembleias municipais de decidir sobre a declaração de utilidade pública de expropriação de imóveis, promove-se a proximidade entre as decisões e as necessidades locais, conferindo não só uma maior autonomia, mas também um maior escrutínio das decisões, que, em última instância, Srs. Deputados, é feito através das eleições.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Olga Freire** (PSD): — A somar a estes méritos, aumenta ainda a agilidade de todo o processo.

Esta medida tem outra vantagem não menos importante: reforça a competência e a autonomia dos eleitos locais. A sua participação passa a ser direta e decisiva na política local enquanto responsabiliza os eleitos...

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Isso!

A Sr.^a **Olga Freire** (PSD): — ... pelas decisões que tomam sobre as respostas às necessidades concretas das comunidades que os elegeram.

O Grupo Parlamentar do PSD...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o encerramento do debate, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Silvério Regalado.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território** (Silvério Regalado): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Quem foi autarca percebe claramente esta proposta que o Governo aqui traz hoje.

Esta proposta assenta em três pilares fundamentais. O primeiro é um sinal claro da confiança do Governo nas autarquias locais e nos autarcas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nem tem discussão!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território**: — O segundo é que reforça a proximidade, a responsabilização e o escrutínio democrático. Em terceiro, reforça a transparência, porque coloca a decisão num órgão plural e com representatividade diversa. Aliás, todos os partidos que aqui estão representados estão representados também nas diversas assembleias municipais.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Isso!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território**: — Resumidamente, o Governo propõe que a competência para a declaração de utilidade pública das expropriações, quando a iniciativa é da administração local, passe a ser da assembleia municipal. Não é um bar aberto.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Vai ser, vai!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território**: — Pelo contrário, poupa meses de tramitações burocráticas que acarretam graves prejuízos aos municípios, aos territórios e às pessoas.

Gostaria de relembrar que as assembleias municipais já têm competências de declaração de utilidade pública noutras situações, como aqui foi lembrado neste debate. E esta proposta alarga essa lógica a todas as expropriações de iniciativa municipal.

Com isto, procuramos melhorar a qualidade da decisão, porque entendemos que este procedimento traz mais proximidade e mais responsabilidade. A decisão passa a ser tomada por um órgão que tem reuniões públicas e que tem representatividade dos vários partidos políticos, como aqui já referi.

Esta proposta não elimina garantias do procedimento expropriativo — aliás, revela uma enorme confiança do Governo no poder local. No fundo, o que se pretende é desbloquear o investimento público com uma legitimidade reforçada. E trabalharemos em conjunto com a ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais), com a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) e com a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), como aliás temos feito sempre.

Com isto, o Governo, no seu ímpeto reformista e em sede do cumprimento do Programa do Governo que foi aprovado nesta Assembleia da República, pretende, de uma penada só, combater a burocracia, apostar na descentralização de competências e aproximar a decisão das pessoas com o maior escrutínio e a maior responsabilização.

Neste momento, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passarmos ao próximo ponto da agenda, dou a palavra ao Sr. Deputado e Secretário da Mesa Francisco Figueira, para ler o resultado das votações.

O Sr. **Secretário da Mesa** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente: «Ao dia seis do mês de março de 2026, procedeu-se à eleição de Secretário da Mesa da Assembleia da República para a XVII Legislatura, sendo apurado o seguinte resultado:

Votantes: 201.

Candidato proposto: José António Ribeiro de Carvalho (CH).

Votos a favor: 123.

Votos brancos: 48.

Votos nulos: 30.

Nos termos regimentais aplicáveis e face ao resultado obtido, declara-se eleito para Secretário da Mesa da Assembleia da República o candidato proposto.»

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos ao sexto ponto da nossa ordem do dia, que é a discussão da Petição n.º 231/XV/2.^a — Salvar a zona húmida das Alagoas Brancas.

Esta petição arrasta os Projetos de Resolução n.ºs 413/XVII/1.^a (L) — Recomenda a proteção formal das Alagoas Brancas e a concretização do Parque Natural da Cidade de Lagoa, 628/XVII/1.^a (CH) — Salvaguardar a zona húmida das Alagoas Brancas do concelho de Lagoa, no Algarve, 642/XVII/1.^a (PS) — Apoio aos estudos necessários à salvaguarda e proteção das Alagoas Brancas e do Paúl de Lagos, por forma a viabilizar a sua classificação como Reserva Natural Local, 650/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para garantir a execução dos compromissos assumidos para a proteção e recuperação da zona húmida das Alagoas Brancas, no concelho de Lagoa, e 655/XVII/1.^a (BE) — Proteção das Alagoas Brancas enquanto reserva natural de Lagoa.

Para apresentar a sua iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o Manuel João Vieira!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caras e Caros Concidãos das galerias, cumprimento também os peticionários que fazem com que, novamente, vários anos depois, na verdade, se voltem a discutir neste Parlamento as Alagoas Brancas da cidade de Lagoa.

Isto mostra bem que fazer política é muito mais do que estar aqui sentado. Fazer política é muito mais do que ser um dos 230 legisladores do nosso Parlamento. Fazer política é ser cidadão de pleno direito — e aquilo que esta petição conseguiu, aquilo que estas mulheres e homens foram conseguindo ao longo dos anos, foi uma enormíssima vitória política.

Aplausos do L.

Se não, relembremos: um projeto que estava aprovado para urbanizar uma zona húmida, zonas húmidas estas que são importantíssimas para a preservação das espécies que ali têm o seu refúgio, para a preservação da biodiversidade e até, potencialmente, para ter uma ligação mais harmoniosa entre os seres humanos e a natureza. Houve então um projeto para que aí se pudesse construir um *retail park*.

Mas estes cidadãos, estas mulheres e estes homens, graças a uma providência cautelar, graças à atenção mediática que atraíram para este projeto, conseguiram fazer com que ele fosse revertido e conseguiram forçar-nos a nós, agentes políticos, a que, numa articulação entre o Estado central, o Governo e a autarquia da Lagoa, se procedesse à compra daqueles terrenos, para que aí se fizesse então a renaturalização daquele espaço, um espaço localizado praticamente às portas da cidade e, com isso, criar um novo local para a própria cidade, para aquelas pessoas, para as aves que, como se percebeu, ali também têm o seu refúgio.

Isto é e tem de ser a grande transição ecológica das nossas cidades: ter espaços verdes, ter refúgios naturais que são utilizados desde logo pela própria natureza, mas dos quais o ser humano também usufrui — mas usufrui não os transformando, não os alterando, mas fazendo o contrário, permitindo que a natureza possa ser aquilo que é: um espaço verde, um espaço que cresce e um espaço onde o ser humano também pode viver e aí, com ela, crescer.

Mas esta compra de quase 4 milhões de euros, feita graças ao Fundo Ambiental, tinha uma consequência, e essa consequência era a da efetiva renaturalização do espaço, a da efetiva criação de um parque que servisse a própria cidade de Lagoa, que servisse as Alagoas Brancas, que a protegesse e que servisse também quem ali vive e quem poderia passar a frequentar aquele espaço.

É isso que continua por fazer, e continua por fazer, por coincidência até, no dia a seguir a Portugal ter sido multado pelas instituições europeias, pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, por não cumprir com a lei *habitat* dois dias depois de o Sr. Presidente da Câmara de Lagoa ter vindo pedir para alargar os prazos porque, afinal, já não conseguia cumprir a previsão e aquilo que era a sua obrigação.

Nós, no Livre, estamos muito cansados de políticas reativas, queremos ser proativos. E também queremos ser proativos aqui, na proteção das Alagoas Brancas e na criação de um parque natural, tal como previsto e tal como garantido pelo financiamento que o Estado garantiu.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para apresentar o seu projeto, a Sr.^a Deputada Sandra Ribeiro, do Chega.

A Sr.^a **Sandra Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento a primeira signatária e os peticionários desta petição novamente aqui discutida hoje, «Salvar a zona húmida das Alagoas Brancas».

Anabela Blofeld, do Movimento Salvar as Alagoas Brancas, encontra-se aqui presente e nunca desistiu, desde a sua primeira apresentação em 2023. Nessa altura, o Chega apresentou um projeto de resolução visando a salvaguarda desta zona no sentido da sua proteção e classificação como área protegida e a necessidade da sua avaliação ambiental — mas esta iniciativa foi chumbada pela maioria absoluta do PS à data no Governo.

Esta zona húmida, com cerca de 6 hectares, alberga mais de 300 espécies registadas de fauna e flora, incluindo espécies raras e ameaçadas em Portugal. Durante as últimas chuvas, as Alagoas Brancas contribuíram para conter a enchente de águas na cidade de Lagoa, mitigando riscos para as pessoas e bens.

Após vários anos de contestação à construção de um parque comercial, foi anunciado que a área seria renaturalizada e transformada no Parque Natural da Cidade de Lagoa. O Ministério do Ambiente e da Ação Climática reconheceu, em dezembro de 2023, a especial relevância do ecossistema, permitindo a mobilização de verbas do Fundo Ambiental para a aquisição dos terrenos pelo município de Lagoa, no valor de 3,6 milhões de euros. Acontece que decorridos mais de dois anos, o *habitat* continua desprotegido e em degradação.

Contudo, segundo o Movimento Salvar as Alagoas Brancas, o protocolo encontra-se em risco de incumprimento e caducidade por alegada falta de execução de elementos calendarizados por parte do município de Lagoa. Uma proposta apresentada no verão de 2024 não integrou contributos de especialistas e foi rejeitada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. O Fundo Ambiental investiu 3,6 milhões de euros, mas as Alagoas Brancas continuam em risco, tendo este dinheiro público servido unicamente, até à data, para comprar terrenos a privados.

Em defesa desta acusação, vem a Câmara Municipal de Lagoa pedir ao ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) o alargamento do prazo para executar o projeto do parque natural.

Apesar do financiamento público significativo e da aquisição dos terrenos, permanece por concretizar aquilo que verdadeiramente importa: a proteção material, estruturada e duradoura da zona húmida das Alagoas Brancas. O Parlamento não pode limitar-se a registar formalidades administrativas, enquanto um ecossistema reconhecidamente relevante permanece num limbo jurídico e administrativo. A salvaguarda do património natural não se esgota na compra dos terrenos; exige instrumentos jurídicos adequados, gestão ambiental eficaz e execução concreta no terreno.

Três anos após a rejeição da iniciativa parlamentar apresentada pelo Chega, após audições formais, após financiamento público e após a aquisição dos terrenos, impõe-se renovar a intervenção da Assembleia da República, reiterando a necessidade de medidas concretas que assegurem, de forma efetiva e definitiva, a proteção, conservação e valorização ecológica das Alagoas Brancas. Apresentamos assim o nosso Projeto de Resolução n.º 628/XVII/1.^a, em defesa e proteção do sítio das Alagoas Brancas, que deu origem ao nome da cidade de Lagoa no Algarve, uma área de relevante interesse ecológico e cuja preservação deve ser salvaguardada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, para apresentar a sua iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Graça, do Partido Socialista.

O Sr. **Luís Graça** (PS): — Sr. Presidente: Quero saudar os peticionários porque este é um bom exemplo em que a voz dos cidadãos alertou o País para uma situação e fez com que os políticos, na Assembleia da República, no Governo e na câmara municipal, se tenham unido para dar uma resposta aos anseios da população.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — A questão é que ainda não deu!

O Sr. **Luís Graça** (PS): — Sei muito bem o que digo porque fui eu, enquanto Deputado do Partido Socialista, que desafiei a ALMARGEM (Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve) para fazer o estudo de caracterização da Lagoa dos Salgados, da Ribeira do Almagem, do Trafal, do Paúl de Lagos e das Alagoas Brancas.

Foi na sequência desse convite que o Parlamento aprovou por unanimidade uma iniciativa do Partido Socialista para proteger estas quatro zonas húmidas do Algarve. E foi na sequência dessa mesma iniciativa parlamentar que o Governo do Partido Socialista abriu um aviso para que a ALMARGEM concorresse, com um conjunto muito grande de ONG (organizações não governamentais) e associações ambientalistas, para caracterizar estas zonas húmidas, nomeadamente a zona húmida das Alagoas Brancas.

Sim, a zona húmida das Alagoas Brancas tem relevância como ecossistema e como biodiversidade. Na altura, se a memória não me engana, foram referidas 114 espécies de aves, sobretudo aves aquáticas e migratórias. Mas hoje, se formos ao portal *Portugal Bird*, já se encontram registadas pelo menos 146 espécies de aves. Não há dúvida quanto à importância deste ecossistema.

Tanto não há dúvida de que o Governo do Partido Socialista, através do Ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro, decidiu financiar a aquisição de um terreno privado. O terreno onde estão as Alagoas Brancas estava contemplado no plano diretor municipal como zona urbana, aprovada em 2008 — o Partido Socialista não era poder na Câmara Municipal de Lagoa em 2008 — e tinha um alvará de 2013 — o Partido Socialista também não era poder na Câmara Municipal de Lagoa em 2013. O Governo do PS atribuiu à câmara municipal 3,7 milhões de euros para adquirir estes terrenos. É a prova da importância desta zona húmida.

A Câmara Municipal comprou o terreno, registou-o e desenvolveu um projeto, um plano, um *masterplan*, para o restauro das Alagoas Brancas.

Protestos do PSD e da IL.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — *Masterplan?!*

O Sr. **Luís Graça** (PS): — O ICNF achou que o plano era incompleto, que deveria ser melhorado. Ainda bem que o ICNF está a fazer o seu trabalho, porque recordo os Srs. Deputados que, em 2017, o ICNF dizia que as Alagoas Brancas não precisavam de ser protegidas, que as Alagoas Brancas não tinham relevância para ser protegidas, nem para ser sequer uma reserva de interesse local.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Portanto, ainda bem que o ICNF mudou de opinião, ainda bem que os cidadãos se levantaram, ainda bem, já agora, que as ONG se levantaram...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Que o Governo se levantou!

O Sr. **Luís Graça** (PS): — ... e que o Partido Socialista as acompanhou para defender este território.

Este território das Alagoas Brancas é muito importante para a região do Algarve e será uma nova reserva natural local. Srs. Deputados, não há no País região com mais zonas protegidas, com mais áreas classificadas do que o Algarve, do Sapal de Castro Marim ao Parque Natural da Costa Vicentina e à Pedra do Valado. Sabem porquê? Porque também não há, no País, terra mais bonita do que a minha.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudar e cumprimentar o Movimento em Defesa das Alagoas Brancas, aqui presente, e agradecer o trabalho que fizeram ao longo de todos estes anos. Um trabalho assente na ciência, no conhecimento, mas acima de tudo na ação cívica, que protegeu este lugar único.

Da parte do PAN, desde o primeiro momento que temos estado do lado certo. Não só acompanhámos com iniciativas parlamentares, como com a providência cautelar que travou a destruição deste espaço único.

A este propósito lembro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que se este projeto tivesse ido avante, se tivéssemos hoje mais uma superfície comercial numa zona húmida, aquilo que teríamos visto aquando da tempestade *Kristin*, muito provavelmente teria sido mais uma zona inundada, alagada, precisamente pela irresponsabilidade de, sucessivamente, construirmos em território onde não deve haver construção.

Mas voltemos às Alagoas Brancas, que são um património único que deve ser preservado. Se parar a destruição foi o primeiro passo, sabemos que existe financiamento público envolvido, vindo do Fundo Ambiental, tendo sido celebrado um protocolo e assumidos compromissos. Só que estes compromissos têm que sair do papel, porque não podemos continuar a ter este *habitat* vulnerável, ao abandono, e sem medidas que o protejam.

É por isso que o PAN traz hoje propostas que visam garantir a classificação desta área protegida de âmbito local — dando finalmente o estatuto jurídico de conservação a este ecossistema e garantindo que o mesmo integra a reserva ecológica — e avançar com um plano de recuperação ecológica e de gestão desta zona húmida que envolva as entidades públicas, as organizações ambientais, a comunidade científica.

O que está aqui em causa é garantirmos que esta vitória da cidadania não se perde no tempo e que as Alagoas Brancas possam finalmente passar de um território ameaçado para um exemplo de conservação da natureza em meio urbano.

Não posso deixar de recordar, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que ainda ontem ficámos a conhecer uma decisão que condenou Portugal em 10 milhões de euros por falhar na aprovação de zonas de conservação e de áreas de proteção de espécies ameaçadas, como é o caso das Alagoas Brancas ou do lince ibérico.

Por isso mesmo, as Alagoas têm o potencial de ser este exemplo de conservação, até para que Portugal não fique mais vezes mal perante a União Europeia e, acima de tudo, perante as gerações futuras e os cidadãos que tanto trabalham para as proteger.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero saudar de forma muito enfática as petionárias, que fizeram um longo caminho ao qual a Assembleia da República e, aliás, o País todo, não só a região do Algarve, têm muito a agradecer. Estaríamos hoje em muito pior situação se se tivesse edificado irresponsavelmente a zona das Alagoas Brancas. Provavelmente teríamos tido notícias de muitas mais inundações, de muitos mais realojamentos, de muitas mais situações de emergência no quadro da proteção civil do que temos.

Por outro lado, teríamos também mais notícias negativas em matéria de preservação de espécies raras, que hoje se multiplicam em vez de as perdermos, e teríamos certamente piores indicadores na área da saúde física e mental.

Por isso, o nosso forte obrigado pela vossa persistência, por terem furado assembleias municipais, reuniões de câmara, por terem feito recuar negócios irresponsáveis que vários autarcas de diversos partidos quiseram levar avante.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Avante?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A vossa persistência fica para a História, porque chegará o dia em que justamente a zona das Alagoas Brancas vai integrar a reserva ecológica para garantir que ali temos uma reserva de segurança e preservação. Pode construir-se mais um centro comercial, o que não se pode reconstruir é um ecossistema único. E isto é tão importante que deve passar a ser, de uma vez por todas, consenso nacional.

Desenvolvimento e preservação devem andar de braço dado. O que a tempestade *Kristin* mostra, à exaustão, uma vez mais, é que não podemos ignorar os ecossistemas e o papel fundamental que têm na nossa consciência coletiva e na nossa formação.

Reparem, as Alagoas Brancas, pela função de esponja que têm, protegem a região do Algarve e a cidade de Lagoa. Não é por acaso que aquela zona única dá o nome à cidade.

É por isso mesmo que preservar a vida, a identidade daquela cidade, passa certamente por garantir que as zonas húmidas passam a ser reserva natural.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria, em primeiro lugar, cumprimentar os petionários que promoveram este debate.

Acontece que estamos a fazer este debate quase três anos e meio depois de a petição ter sido submetida a este Parlamento, sendo que entre outubro de 2023 e março de 2026 muita coisa aconteceu. Desde logo, a

Câmara Municipal de Lagoa comprou a maioria dos terrenos das zonas húmidas. Em segundo lugar, existe o compromisso e um projeto para a criação de um bioparque na cidade de Lagoa. Em terceiro lugar, na nossa opinião, esta é uma matéria que não cabe propriamente ao Parlamento, é uma matéria eminentemente autárquica, que, felizmente, está resolvida.

Ainda assim, gostaria de transmitir aos peticionários e às peticionárias que o CDS continua firme na defesa das Alagoas Brancas e, sobretudo, firme na defesa das suas zonas húmidas.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os peticionários trazem a voz de uma comunidade que não desiste e de um património natural que não pode defender-se sozinho: as Alagoas Brancas, no concelho de Lagoa.

Estamos a falar de uma das últimas zonas húmidas de água doce no Algarve, um ecossistema que é berçário da vida, tampão natural contra cheias, reserva estratégica de infiltração e recarga de aquíferos. Estamos a falar também de um local onde não foi realizado nenhum estudo de impacto ambiental antes de se avançar com qualquer decisão de construção.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o conhecimento que temos hoje sobre as alterações climáticas, sobre a perda de biodiversidade, sobre a escassez hídrica não é o que tínhamos há 15 ou 20 anos. Persistir no erro não é desenvolvimento, é teimosia administrativa.

Por isso, proteger as Alagoas Brancas não é travar o progresso, é acima de tudo escolher um progresso inteligente, sustentável e com futuro.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os peticionários que trouxeram esta petição para o Parlamento.

A história já aqui foi um pouco explicada. Alagoas Brancas era uma zona que estava classificada num plano de urbanização de Lagoa, com uma zona de expansão comercial. Em 2013, foi aprovado um projeto para se criar um parque comercial. Em 2022, começaram as obras. Na altura, sai uma providência cautelar a pedido das populações, que consideravam que aquela zona devia ser conservada. Depois, em 2023, sai uma decisão do Governo, então do Partido Socialista, para que aquela área fosse protegida.

Seguidamente, houve um protocolo que foi assinado entre o Governo e a Câmara. Esse protocolo envolveu a transferência de 4 milhões de euros para que a Câmara tomasse as ações necessárias para conservar esta zona, sendo que o prazo de execução deste protocolo era dezembro de 2025. Ora, já estamos em 2026 e nada aconteceu. Para 2025, a Câmara Municipal de Lisboa nada fez. Para 2026, no orçamento, a Câmara Municipal de Lagoa nada fez. Neste momento, temos projetos de resolução neste Parlamento a dar mais instrumentos para que a Câmara faça a sua parte.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, este é um papel que deve ser assumido agora pelo próprio, porque da parte do Estado já foi tudo feito. Aliás, houve uma transferência de 4 milhões, mal sustentada por estudos. Havia estudos, sim, de associações, mas não de qualquer entidade oficial do Estado. E depois a Câmara nada fez quanto a isso. Não apresentou um plano, não apresentou nada sobre as ações que vai levar a cabo sobre aquele território, e por isso continuamos na mesma.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Câmara do Partido Socialista!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, aquilo que se fez foi quase uma maldição, que é aquilo que acontece em muitas áreas protegidas deste País, onde se classifica a área como protegida, mas depois não há plano de gestão, não há plano de ação, não há indicadores, não sabemos nada do que se passa.

Por isso, resta-nos, enquanto Assembleia, esperar que o poder local faça o seu trabalho.

Assim, a minha recomendação para o Partido Socialista é que, em vez de fazer um projeto de resolução, faça um projeto de telefonema ao Sr. Presidente da Câmara de Lagoa para que ele comece a fazer a sua parte e cumpra aquilo que assinou com o Estado.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Bárbara do Amaral Correia, do PSD.

A Sr.^a **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero começar por saudar os mais de 7700 cidadãos que subscreveram esta petição e que são um exemplo de persistência e de sentido cívico.

O PSD tem vindo a defender a necessidade de salvaguardar este ecossistema, tendo apresentado nesta Assembleia iniciativas relativas à proteção das Alagoas Brancas.

Foi no contexto da mobilização de cidadãos, investigadores, associações ambientais e também de intervenção política que se criaram as condições para o financiamento público, através do Fundo Ambiental, com a assinatura de um protocolo entre o município de Lagoa e o Estado.

O Estado cumpriu a sua parte do protocolo com a transferência de verbas.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Falta agora a execução. É precisamente aqui que importa esclarecer as responsabilidades. O Estado criou as condições para proteger este território, mobilizando financiamento público e viabilizando a aquisição de terrenos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — A fase que se segue, e que já deveria estar em curso, depende agora da ação do município de Lagoa. É precisamente ao município socialista que cabe desenvolver o projeto técnico.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — É o município socialista que está em falta neste processo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Na semana passada foi conhecido um pedido de adiamento dos prazos para a concretização do Parque Natural Urbano por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, o que nos leva às seguintes considerações: o que é que fez o município de Lagoa desde a aquisição dos terrenos, em 2024, para concretizar as obrigações que estão estabelecidas no protocolo celebrado com o Estado?

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Repito, o que é que fez desde então?

As associações que têm participado ativamente no processo têm manifestado preocupação com a concretização do projeto, colocando até em causa as reais intenções do Sr. Presidente da Câmara,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Bem lembrado, é verdade!

A Sr.^a **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — ... porque temem que este pedido de adiamento seja uma manobra dilatatória para não concretizar o que está previsto, e que é da sua responsabilidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — As Alagoas Brancas podem ser um exemplo algarvio de recuperação ecológica. O financiamento público existe. A decisão de proteger foi tomada. Quando existe decisão política, quando existe consenso e quando existe mobilização da sociedade, aquilo que falta não é mais debate. Aquilo que falta é muito simples, é que o município de Lagoa execute e cumpra com a sua parte.

O Governo já solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal sobre o ponto de situação.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PS Luís Graça.

A Sr.^a **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Este é um Governo que tem palavra com o nosso Algarve. Desde o novo Hospital Central do Algarve, às novas unidades de saúde familiar, à dessalinizadora de Albufeira, aos vários investimentos de proteção de arribas e na resiliência hídrica.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Dos assuntos mais pequenos aos maiores, todos merecem o mesmo valor, o mesmo zelo, a mesma dedicação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Deveria ser a presidente da distrital! Dá 10 a zero ao presidente da distrital!

O sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Vai ser, vai ser!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, agradeço que criem condições para que o Sr. Deputado possa usar da palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento também os petiçãoários aqui presentes.

Ninguém terá dúvidas quanto à importância das zonas húmidas como ecossistemas absolutamente vitais para o equilíbrio ecológico do planeta, tanto do ponto de vista da imensa biodiversidade, como do equilíbrio hidrológico e da função de verdadeiras maternidades de recursos piscatórios.

Não é a primeira vez que a urgência, infelizmente adiada, da preservação das Alagoas Brancas vem ao Parlamento, constando de uma resolução aprovada por unanimidade em 2018, abrangendo, aliás, a proteção das zonas húmidas da região. No entanto, nada avançou e aquele espaço continua abandonado e em degradação.

Ora, isto é necessário contrariar, sendo urgente recuperá-lo e consagrá-lo como área protegida, valorizando-o a par, na região Algarvia, das reservas do sapal de Castro Marim e Vila Real Santo António, da Paisagem Protegida da Rocha da Pena e do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. É também tempo de valorizar a ria de Alvor, com a sua classificação como área protegida, como o PCP e a CDU (Coligação Democrática Unitária) defendem há anos.

O PCP acompanha a necessidade de preservação e classificação das Alagoas Brancas, de realização de intervenções de renaturalização e de medidas de proteção e conservação da fauna, da flora e da paisagem.

Mas é também necessário preservar e valorizar a zona da Vala, a norte das Alagoas, de grande importância para a agricultura, impedindo-se a realocização da área comercial para esta zona.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não tendo a Mesa registo de mais inscrições...

Pausa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que é que se está a passar?

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Mesa está a ver se há mais inscrições.

Pausa.

Confirma-se que não há mais inscrições, pelo que vamos avançar para o período de votações. Peço aos serviços o favor de abrirem o sistema de votação eletrónica.

Pausa.

Peço aos serviços que encerrem o sistema de votação eletrónica. Temos quórum.

Algum Sr. Deputado ou alguma Sr.^a Deputada não conseguiu inscrever-se?

Pausa.

O Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, fica registado.

Pausa.

Peço aos Srs. Deputados que não conseguiram inscrever-se que se levantem e digam o nome.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr. Presidente, Bruno Ventura.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Patrícia Gonçalves, do Livre.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Paula Santos, PCP.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — São inoportunos!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Mete-te na tua vida!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Fala baixo!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, pedia o favor de... Estamos em período de votações, por amor de Deus!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sempre a mandar bocas! Não sossega 1 segundo!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Mais algum Sr. Deputado não conseguiu inscrever-se?

Pausa.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves não conseguiu inscrever-se.
Mais algum Sr. Deputado?

Pausa.

Eu não me inscrevi também, portanto, fico inscrito manualmente.
O Sr. Deputado Rui Tavares pediu a palavra, faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Dizem-me que aí não está assumido o meu registo. No entanto, no meu computador está. De qualquer forma, fica feito, por precaução.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Fica feito, fica declarado.
Também não conseguiu registar-se o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pois, tem de chegar a horas!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, pedia que fizessem algum silêncio, por favor, senão isto confunde-se tudo.
Mais algum Sr. Deputado não conseguiu inscrever-se?

Pausa.

Bom, parece que está tudo resolvido.

Entramos, então, no período de votações, e começamos com o Projeto de Voto n.º 418/XVII/1.^a (apresentado pelo PS, pelo L, pelo PCP, pelo BE e pelo PAN) — De pesar pelo falecimento de Godelieve Meersschaert.

Peço à Sr.^a Deputada Secretária Joana Lima o favor de ler o projeto de voto de pesar.

A Sr.^a **Secretária** (Joana Lima): — Sr. Presidente, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, no passado dia 18 de fevereiro, Godelieve Meersschaert, figura central da luta pelos direitos humanos e fundadora da Associação Cultural Moinho da Juventude, na Cova da Moura.

Nascida em Sint-Gillis-Wass, na Bélgica, a 29 de abril de 1945, formou-se em Psicologia na Universidade de Louvain. Participou ativamente na solidariedade com a Revolução portuguesa, envolvendo-se no apoio a trabalhadores e em causas sociais ligadas ao processo de democratização, residindo em Portugal a partir de 1978.

Inicialmente, através da Cooperativa Operária do Serviço Doméstico (Cooperserdo), bateu-se pela dignificação do trabalho doméstico, num período em que este era ainda regido por leis de 1867.

Em 1984, na Amadora, onde se tornara, como orgulhosamente dizia, “moradora da Cova da Moura”, foi uma das fundadoras da Associação Cultural Moinho da Juventude. Sob a sua liderança, guiada pela metodologia “diagnosticar, refletir, agir”, o bairro viu nascer infraestruturas básicas, como o saneamento e a água potável, e espaços de saber como a Biblioteca António Ramos Rosa, contrariando a precariedade das condições de vida, combatendo as desigualdades, o racismo e a violência e fortalecendo a solidariedade comunitária.

O seu percurso foi reconhecido em 2005 pelo Presidente Jorge Sampaio, que a agraciou com a Ordem de Mérito, e em 2007, quando a Associação Cultural Moinho da Juventude recebeu o Prémio Direitos Humanos, da Assembleia da República.

O seu legado corajoso de compromisso com a justiça social, a defesa dos direitos humanos e a luta contra todas as formas de discriminação marcou várias gerações e contribuiu para uma transformação estrutural da Cova da Moura. A sua memória permanece viva em cada criança que aprendeu a ler nas suas bibliotecas e em cada luta por dignidade que ajudou a erguer.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Godelieve Meersschaert, prestando homenagem ao seu legado e expressando sentidas condolências à sua família e amigos e à comunidade da Cova da Moura.»

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Mesa vai pôr à votação a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, quanto ao Projeto de Voto n.º 419/XVII/1.^a (apresentado pelo PAR): — De pesar pela morte de António Lobo Antunes, a Mesa recebeu indicação do gabinete do Sr. Presidente para que a leitura e votação deste projeto de voto fossem adiadas uma semana para que a família possa estar presente em maior número, porque hoje não poderiam estar aqui todos os que gostariam de vir. Assim sendo, a leitura e votação deste projeto de voto ficam adiadas para a próxima semana.

O Sr. Deputado Hugo Soares está a pedir a palavra, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, apenas para dar nota de que, ainda assim, e sabendo nós que está presente, nas galerias, uma filha do homenageado a quem queríamos hoje prestar a nossa última homenagem, queria juntar, creio eu, a voz de todos dando os sentimentos à família que está presente hoje.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Seguramente que sim, faz todo o sentido, Sr. Deputado Hugo Soares.

A Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes pediu a palavra, faça favor.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é exatamente para o mesmo efeito que o Sr. Deputado Hugo Soares: queria deixar a nossa homenagem a António Lobo Antunes e à sua família.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Algum Sr. Deputado quer também usar da palavra.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, dada a circunstância e anuindo ao pedido do Sr. Presidente — já que não é muito comum fazermos a retirada de um projeto de voto do guião de votações a esta hora, e estando a família presente —, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque muito nos unia a António Lobo Antunes, não quer deixar de marcar a presença de parte da sua família, endereçando-lhe condolências.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Julgo que está toda a Câmara de acordo, quer com o adiamento da votação do projeto de voto, quer em dirigir à filha de António Lobo Antunes as nossas condolências.

Fica, então, decidido que o projeto de voto será apresentado na próxima semana.

Na sequência da votação a que procedemos anteriormente, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Vamos agora votar a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 420/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De congratulação pela atribuição do Prémio Formentor das Letras a Gonçalo M. Tavares.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Segue-se a votação da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 421/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De saudação pela carreira de Ruy de Carvalho.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 664/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Negócios dos Incêndios Rurais.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos proceder à votação global da Proposta de Resolução n.º 8/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Acordo-Quadro Avançado entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Chile, por outro, feito em Bruxelas, em 13 de dezembro de 2023.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP, o voto contra do PCP e as abstenções do L e do BE.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PCP está sempre contra a democracia!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes está a pedir a palavra?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sim, Sr. Presidente, é para anunciar a apresentação de uma declaração de voto escrita sobre a última votação.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Bloco de Esquerda também pediu a palavra?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É para o mesmo efeito, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Fica registado.

Vamos votar, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 56/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a rever o regime do mecenato e alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP e as abstenções do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

A iniciativa baixa à 5.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 137/XVII/1.ª (PS) — Aprova o estatuto do mecenato cultural.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP, o voto contra do CH e as abstenções do PSD, da IL, do PCP, do CDS-PP e do BE.

Este projeto de lei baixa à 12.ª Comissão.

Passamos à votação do Projeto de Lei n.º 467/XVII/1.ª...

O Sr. Deputado Hugo Soares está a pedir a palavra, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, creio que anunciou mal à Câmara, provavelmente por lapso, que o Projeto de Lei n.º 137/XVII/1.ª, do Partido Socialista, teria sido reprovado, mas creio que foi aprovado.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Aliás, é o que tenho aqui.

A Sr.ª **Secretária** (Joana Lima): — O Sr. Presidente disse «aprovado».

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Eu disse «aprovado».

Burburinho na Sala.

Creio que disse aprovado, mas se não disse as minhas desculpas, Sr. Deputado.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Disse aprovado, disse.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Têm de estar atentos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu não ouvi!

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Vamos então votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 467/XVII/1.ª (CH) — Aprova o novo estatuto do mecenato cultural, revogando o artigo 62.º-B, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP, o voto a favor do CH e as abstenções da IL e do PCP.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, isto já não é simples, se fizerem ruído será pior ainda.

Risos.

O que é grave ser pior ainda!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não se preocupe, Sr. Presidente, estamos solidários e com tempo.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Seguimos para a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 470/XVII/1.ª (L) — Cria o mecenato para a coesão cultural territorial e social.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 475/XVII/1.ª (IL) — Desenvolvimento do regime fiscal do mecenato.

Quem vota contra?

Pausa.

Votam contra o PCP, o Bloco de Esquerda e o Livre.

Quem se abstém?

Pausa.

O JPP, o PS, o PAN, o CDS, o Chega e o PSD. Largas abstenções!
A favor, foi só a IL.

Pausa.

Foi rejeitado, com os votos contra...

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados!

Pausa.

É aprovado, com os votos contra do Bloco de Esquerda, do PCP e do Livre, as abstenções do JPP, do PAN, do PSD, do PS, do CDS e do Chega.

Pausa.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Não, é rejeitado.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — É rejeitado!

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — É rejeitado, é.

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — É apenas por um voto, mas é rejeitado!

O Sr. Deputado Paulo Nuncio está a pedir a palavra, faça favor.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, era para alterar o sentido de voto de abstenção para voto a favor.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Bom, sendo empate é aprovado.

Vozes do PS: — É mais um, não é empate!

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — É isso mesmo. Tem mais um voto, fica aprovado.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Bom, Srs. Deputados...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — O que interessa é que passou!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passou. À tangente, mas passou!
Vamos continuar, Srs. Deputados.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, creio que esta votação foi muito confusa, pelo que solicito a repetição da mesma.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Se fizerem menos barulho é menos confuso!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A pedido do Bloco de Esquerda, vamos repetir a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 475/XVII/1.^a (IL) — Desenvolvimento do regime fiscal do mecenato.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor da IL e do CDS-PP, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do PSD, do CH, do PS, do PAN e do JPP.

Continua a ser aprovado por um voto, mas está aprovado.

O projeto de lei baixa à 5.^a Comissão.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Srs. Deputados, passamos a votar, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 58/XVII/1.^a...

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, nunca mais saímos daqui.

Risos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Muito bem dito, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Portanto, peço silêncio. Senão, quem tem comboios para apanhar é capaz de os perder!

Vamos então proceder à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 58/XVII/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do PCP, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do CH e da IL e as abstenções do L e do BE.

A proposta de lei baixa à 13.^a Comissão.

Risos de Deputados do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estão a gozar com quem?!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Com a Edite Estrela era pior, pá! Está calado!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Mas o que é isto?!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Mas alguém está a falar contigo?!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Nós ouvimos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Calem-se! Com quem julgam que estão a gozar?!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Mas quem é que pensas que és?!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Continuem a gozar, continuem!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados!

Protestos de Deputados do CH e contraprotestos de Deputados do PS.

Srs. Deputados, há alguma questão?

Pausa.

Não há? Então, continuamos com as votações.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 413/XVII/1.^a (L) — Recomenda a proteção formal das Alagoas Brancas e a concretização do Parque Natural da Cidade de Lagoa.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e da IL.

O projeto de resolução baixa à 11.^a Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 628/XVII/1.^a (CH) — Salvar a zona húmida das Alagoas Brancas do concelho de Lagoa, no Algarve.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do L e do PCP.

Esta iniciativa baixa à 11.^a Comissão.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 642/XVII/1.^a (PS) — Apoio aos estudos necessários à salvaguarda e proteção das Alagoas Brancas e do Paúl de Lagos, por forma a viabilizar a sua classificação como reserva natural local.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 650/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para garantir a execução dos compromissos assumidos para a proteção e recuperação da zona húmida das Alagoas Brancas, no concelho de Lagoa.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

O projeto de resolução baixa à 11.^a Comissão.

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 655/XVII/1.^a (BE) — Proteção das Alagoas Brancas enquanto reserva natural de Lagoa.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 611/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que inste as instituições e organizações internacionais de que Portugal é parte a reconhecer a Irmandade Muçulmana como organização terrorista.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do PCP e do BE, os votos a favor do CH e da IL e as abstenções do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pediu a palavra, faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para anunciar a apresentação de uma declaração de voto, por escrito, sobre esta votação.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Com certeza, está anotado, Sr. Deputado.

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 615/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo o reforço da posição diplomática portuguesa a favor do levantamento do bloqueio económico, comercial e financeiro a Cuba e da defesa do direito internacional.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do CH e do CDS-PP e as abstenções do PSD e da IL.

O Sr. Deputado Mário Amorim Lopes está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, é para anunciar que vamos apresentar uma declaração de voto escrita, não referente a esta votação, mas à anterior, relativa ao Projeto de Resolução n.º 611/XVII/1.ª.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Com certeza, Sr. Deputado.

Votamos agora o Projeto de Resolução n.º 559/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um canal nacional de denúncias para respostas sociais da infância e o reforço da fiscalização das creches.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, o voto contra do PSD e as abstenções da IL e do CDS-PP.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 586/XVII/1.ª (PAN) — Pela proteção urgente das crianças da creche Academia Sonhar e Crescer, em Lisboa.

Sr. Deputado Luís Moreira Testa, faça favor.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Peço desculpa, Sr. Presidente. É para pedir a votação deste projeto de resolução por pontos, tal como está no guião, por favor.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Ah, peço desculpa. Portanto, vamos começar por votar os pontos 1, 2 e 4 do Projeto de Resolução n.º 586/XVII/1.ª (PAN).

Submetidos à votação, foram rejeitados, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e da IL.

Votamos agora o ponto 3 do mesmo projeto.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 541/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um regime excecional de isenção temporária de IVA para materiais e serviços destinados a habitabilidade

imediate e a reabilitação de habitações afetadas pela situação de calamidade decorrente da tempestade *Kristin* pela depressão *Kristin*, bem como a devolução do IVA relativo a aquisição de geradores para essas habitações.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e do PCP.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 607/XVII/1.ª (PAN) — Pela eliminação da exigência de situação tributária e contributiva regularizada para o acesso aos apoios para a reconstrução de habitações e instalações destruídas na sequência dos fenómenos climáticos extremos ocorridos em janeiro e fevereiro 2026.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 538/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a concretização do Centro Nacional Alternativo de Socorro no Aeródromo Municipal de Viseu.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

O Sr. Deputado Luís Moreira Testa pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entregará uma declaração de voto por escrito.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigado, fica registado.

Vamos prosseguir para a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 44/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a proceder à alteração ao Código Fiscal do Investimento, prorrogando o regime do SIFIDE II até 2026 e revogando a possibilidade de aplicação indireta do SIFIDE II através de fundos de investimento.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP, o voto contra do PCP e as abstenções do CH, do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.

Seguimos para a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo à Apreciação Parlamentar n.º 9/XVII/1.ª (L, PCP e BE) — Decreto-Lei n.º 31-C/2026, de 5 de fevereiro, que cria um regime de apoios sociais e de *layoff* simplificado para as zonas atingidas pela tempestade *Kristin*.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para apresentar um requerimento, solicitando à Câmara a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isto é tudo uma brincadeira!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Vamos votar o requerimento.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP. (De acordo com o disposto nos artigos 156.º e 157.º do RAR)

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É só para o ano!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Para o ano é melhor que nada!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, vamos prosseguir para a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Resolução n.º 276/XVII/1.^a (CH) — Programa nacional de reabilitação e eficiência energética dos edifícios escolares, com garantia de conforto térmico, qualidade do ar e eficiência energética.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do L e do PCP.

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^a Deputada, pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, é para anunciar, relativamente à última votação, que o PSD apresentará uma declaração de voto.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Com certeza. Está anotado, Sr.^a Deputada, muito obrigado.

Na próxima segunda-feira, temos a tomada de posse do Sr. Presidente da República, às 9 horas da manhã, bastante cedo, quase de madrugada!

Bom fim de semana, Srs. Deputados.

Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 41 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa à Proposta de Resolução n.º 8/XVII/1.^a:

O Livre considera que o Acordo-Quadro Avançado entre a União Europeia e o Chile pode representar uma oportunidade para reforçar as relações políticas e económicas entre as duas regiões. No entanto, este acordo deve promover o comércio justo e a transição ecológica, assim como a cooperação em matéria de direitos humanos e laborais. O Livre expressa preocupações quanto ao potencial impacto do acordo na proteção do meio ambiente e nos direitos dos povos originários, sobretudo no que toca à exploração de recursos minerais, garantindo que não favorece práticas extrativistas insustentáveis nem debilita as normas sociais e ambientais que a União Europeia defende, bem como os direitos dos trabalhadores europeus, pelo que o Livre considera que Portugal deve defender a renegociação do acordo nas instâncias próprias.

O Grupo Parlamentar do Livre.

Nota: As declarações de voto anunciadas pela Deputada do PSD Inês Barroso, pelo Deputado do PS Luís Moreira Testa, pelo Deputado da IL Mário Amorim Lopes e pelo Deputado do BE, Fabian Figueiredo, não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do [artigo 87.º](#) do Regimento da Assembleia da República.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.